

2053 Ah, Constituição de 88, nós queremos convidar o ex-deputado Fabio Feldman,  
2054 ainda não fizemos a consulta a ele, ainda ta em aberto, e já fizemos uma, não,  
2055 ainda não consultamos formalmente o Paulo Afonso Lima Machado, pode ser  
2056 que não seja ele, mas, enfim, uma hipótese de alguém que possa falar e que  
2057 atuou na época, trabalhou na época da formulação da Resolução EIA-RIMA. Aí  
2058 tem duas propostas de debates, debatedores que é a jornalista Maristela  
2059 Bernardo, que tem doutorado nessa área, um pouco na evolução do  
2060 ambientalismo no Brasil, e Adriana Ramos do ISA, também nem consultamos  
2061 ela, ela tá aqui, uma hipótese, viu, Adriana, pra gente confirmar. Pode passar.  
2062 Depois, a segunda mesa, uma mesa sobre a análise da resolução, uma análise  
2063 mais técnica, aliás, mais do ponto de vista legal, a gente convidou pra  
2064 coordenar essa mesa também representando a Anama aqui da região,  
2065 Clarismino Luís Pereira, Secretário de Goiânia, e como painelistas, em  
2066 princípio, o Procurador Ubiraci Araújo, Antônio Fernando Pinheiro Pedro, e o  
2067 Desembargador Vladimir Passos de Freitas. Como debatedores, a gente  
2068 pensou num representante da Adema e no consultor jurídico do Ministério do  
2069 Meio Ambiente. No dia primeiro, continua o seminário com a mesa 3,  
2070 experiência sobre a aplicação da resolução. Então, aí descrever alguns casos  
2071 emblemáticos, mostrando como tem funcionado a Resolução 01 coordenada  
2072 pela diretor de licenciamento do IBAMA, Luís Felipe Cuns, e aí uma  
2073 experiência da Adema, que a gente quer convidar o Zé Cláudio Junqueira que  
2074 ta aqui presente também, ainda não havíamos consultado, né, Zé Cláudio? Ah,  
2075 já havia consultado? Tá. E também a Anama, que a gente quer definir com o  
2076 Presidente que ta aqui o nome de alguém da Anama que possa também ta  
2077 sendo, representando, e pensamos aqui da área escolher um representante, já  
2078 tem uma indicação, inclusive, de um representante no Brasil da IAIA, que é  
2079 *International Ambiental*, é ambiental memo? É estranho isso. *Assesment*, né?  
2080 *Internacional Assesment Impact Assosiation* que é a IAIA e que tem  
2081 representantes na Brasil, então, aqui ta sendo convidado uma pessoa pra falar  
2082 em nome desses escritórios de consultoria. Há uma sugestão da CNI, que ta  
2083 aqui como debatedor e também uma sugestão de inclusão da Sílvia Cappelli,  
2084 que é conselheira pelo Ministério Público Estadual, também, como debatedor,  
2085 debatedora, mas há uma hipótese aqui, já é uma sugestão da CNI, não sei se  
2086 nessa mesa ou noutra, nós vamos aguardar a sugestão da CNI de inclusão de  
2087 uma pessoa do segmento empresarial que possa apresentar um pouco o ponto  
2088 de vista do setor. Na mesa 4, a gente, que é a última mesa, e aí a gente vai  
2089 fazer um debate sobre avaliação ambiental estratégica, análise da  
2090 oportunidade e necessidade desse instrumento, da implementação dele, em  
2091 princípio, sem confirmação ainda pra coordenar essa mesa alguém  
2092 representando o fórum brasileiro de ONGs, como painelistas, é, aqui a gente  
2093 pensou no Ministério do Planejamento, mas também ainda não tem  
2094 confirmação, a professora Maria do Rosário Partidário, que é consultora do  
2095 Ministério do Meio Ambiente, mas tem uma atuação reconhecida nessa área,  
2096 com ela já há um contato feito. E também o Banco Mundial, não sei se já tem  
2097 contato feito, ah, já tem um contato, sim, com o Juan Quintero, sendo  
2098 debatedores aqui, em princípio, mais nada confirmado ainda, com o Emílio  
2099 Larrôveri, ta escrito errado ali, é Larrôveri, e o deputado Fernando Gabeira,  
2100 também a definir, tá? Pode voltar lá pro começo. Então, nós já recolhemos,  
2101 nesse tempo de atraso aqui, nós recolhemos já algumas sugestões da CNI,

2102 algumas sugestões das ONGs, tamos aguardando ainda a Adema e a Anama,  
2103 mas eu vou, nós vamos fazer o seguinte: eu to vendo já que a, tem uma  
2104 reunião ali do Ministério com a Adema e a Anama, deve ta saindo coisa boa  
2105 dali, não vamos interromper, mas gostaríamos também de ter um sinal também  
2106 até o final da plenária dos outros segmentos sobre eventual, eventual  
2107 sugestão, a gente pede que se houver, sejam assim, realmente, bem pontuais  
2108 porque nós já tivemos que seguir confirmando algumas participações aqui. Eu  
2109 quero lembrar que o Sipam já se reuniu duas vezes, nas duas vezes a gente já  
2110 apresentou essa proposta, mas não houve um retorno, então hoje a gente ta  
2111 dando mais uma chance pra que a gente possa fechar definitivamente essa  
2112 programação e, a partir de sexta-feira, a gente formalizar o convite aos  
2113 participantes que ficarem finalmente definidos. É, essa programação é a  
2114 próxima reunião do CONAMA que vai se realizar nos dias 31 de agosto e 1º de  
2115 setembro, é uma reunião extraordinária, 48º extraordinária, que vai  
2116 praticamente não vai ter deliberação na reunião comemorativa dos 25 anos do  
2117 CONAMA e da Lei 6938. Acho que dá, acho que dá, vou anotar aqui. Alguma  
2118 observação mais sobre o programa, além das que eu já recebi diretamente? Zé  
2119 Carlos. Tá, na última mesa, né? Vamos, já temos sugestão pra essa mesa,  
2120 então eu vou agregar mais uma aqui do MME pra gente, então, dar uma  
2121 avaliada, ta, juntos. Ok. Bom, se não temos mais comentários, em função do  
2122 horário e da pauta ainda longa que temos, eu vou convidar o Secretário  
2123 Langoni pra presidir aqui o trabalho, eu vou dando seguimento assim que ele  
2124 chegar, a gente retoma com ele que nós temos uma pauta ainda relativamente  
2125 extensa aqui. Mais alguma sugestão que tiver sobre a programação? Cês  
2126 resolvem aí, então? Ok. Bom, nós vamos passar, eu peço que coloque na tela,  
2127 então, pra gente reiniciar agora a plenária as, o próximo item da pauta, nós  
2128 votamos, já votamos os processos de multas, vamos, então, entrar agora na  
2129 parte de moções. A primeira moção, nós vamos aqui pela ordem, não há  
2130 nenhum pedido de inversão, então, nós vamos seguir pela ordem, é o  
2131 Processo 5.7 que recomenda a estruturação de sistema de integração da  
2132 responsabilidade municipal para o desenvolvimento sustentável. Essa matéria  
2133 tem pedido de vista da Associação Nacional dos Municípios, a Anama, e da  
2134 Confederação Nacional dos Municípios. No entanto, nós não recebemos  
2135 nenhum parecer das duas entidades, eu pergunto ao presidente Sebastião Ney  
2136 e ao Valtemir se eles querem se manifestar previamente, já que eles pediram  
2137 vista, aliás, é uma condição pro debate da matéria agora que a Anama e a  
2138 CNM se manifestem sobre, mesmo não tendo entregue um parecer  
2139 encaminhando a votação, encaminhando a discussão, o quê que exatamente a  
2140 Anama e CNM viram nessa moção, se têm alguma proposta de eventual  
2141 alteração. É, vamos colocar a moção na tela, Alan, pra gente poder  
2142 acompanhar. Essa moção foi apresentada originariamente pela FBCN,  
2143 conselheiro Sérgio Aníbal. Ele já defendeu a moção, já justificou, pelo menos  
2144 numas duas plenárias, né isso, Sérgio? Agora, o que, o que nos cabe, como foi  
2145 pedido vista, é ouvir os interessados. Ok. É essa a moção? Pode subir aí pra  
2146 gente poder ler a moção? Obrigado. Aprovar recomendação para estruturar um  
2147 sistema de integração da responsabilidade municipal para o desenvolvimento  
2148 sustentável incorporando os dados de sistema de controle de cada estado nos  
2149 seus municípios. A palavra ta aberta para a Anama e CNM inicialmente. Ah,  
2150 mas o Presidente ta aí. Valtemir ta presente? Tá na pauta. Conselheiro

2151 Sebastião Ney, presidente da Anama que vai realizar uma, com certeza, um  
2152 encontro muito produtivo no final desse mês.

2153

2154 **O SR. SEBASTIÃO NEY** – Sebastião Ney, Anama Nacional. é que eu tava  
2155 procurando saber, foi um companheiro nosso da Anama – Rio de Janeiro que  
2156 pediu vistas dessa moção, e a, o pedido dele refere-se, na verdade,  
2157 obviamente, por enquanto é uma moção, mas, é, nós ficamos muito  
2158 preocupados com o que pode gerar essa moção em relação às  
2159 responsabilidades municipais. Então, nós não temos clareza ainda do que que  
2160 uma moção dessa gerar. Hoje nós tamo preocupado que se isso possa, na  
2161 verdade, gerar serviços mais pra consultoria, pra consultores, e a gente, os  
2162 municípios vão ficar de fato nas mãos de consultores, tem que pagar  
2163 consultores pra poder trabalhar em cima de uma, de uma provável  
2164 consequência de uma moção dessa. Então, é essa a nossa preocupação, foi a  
2165 preocupação dele quando pediu vistas essa, a essa moção.

2166

2167 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Ok. O conselheiro Zé Cláudio.

2168

2169 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO** – Boa tarde. Eu gostaria de  
2170 pedir ao autor ou então ao próprio Sebastião, né, porque teve uma  
2171 preocupação, eu, sinceramente, eu não consegui entender a moção. E achei  
2172 que era um problema meu, mas perguntei a alguns conselheiros do meu lado,  
2173 ninguém ta entendendo também, quer dizer, o que que essa moção ta dizendo? O  
2174 que que é sistema de integração de responsabilidade municipal? Incorporar os  
2175 dados de quem, quem? Incorporando os dados de sistemas de controle de  
2176 cada estado no município? O que que é? Os 853 municípios mineiros vão  
2177 incorporar os dados do estado de Minas Gerais ou é o contrário? O estado de  
2178 Minas Gerais que deveria incorporar os dados dos 853 municípios mineiros?  
2179 Eu não consegui entender a moção. O que que ela significa?

2180

2181 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Ok, nós vamos solicitar que o  
2182 conselheiro, obrigado conselheiro Zé Cláudio, vamos solicitar que o conselheiro  
2183 Sérgio Aníbal da FBCN, proponente da moção, possa esclarecer. Eu quero  
2184 aproveitar e pedir que a equipe aí do CONAMA, por favor, ajeite aí o microfone,  
2185 que tem até uma mala aí no pé do microfone. Tá difícil de...

2186

2187 **O SR. SÉRGIO ANÍBAL** – Bom, é, é, cabe só esclarecer porque que foi, qual  
2188 foi a origem dessa moção. A origem dessa moção foi justamente na reunião de  
2189 Mato Grosso onde houve o convênio do Ministério do Meio Ambiente com  
2190 todas as secretarias municipais do meio ambiente dos estados do Amazonas,  
2191 passando uma, dividindo a responsabilidade do Governo Federal com os  
2192 municípios, com os estados do Amazonas com relação à gestão,  
2193 principalmente, do controle do desmatamento. E foi apresentado pelo  
2194 Capobianco na época, foi discutido o governador do estado do Mato Grosso,  
2195 discutiu claramente que tinha se ter uma, que, na verdade, o estado do Mato  
2196 Grosso não era o responsável, do mesmo jeito que a gestão estadual, porque,  
2197 na verdade, aquilo se concentrava em três ou quatro ou cinco municípios do  
2198 estado do Mato Grosso, que eram os principais causadores do desmatamento.  
2199 E os dados apresentados pelo Capobianco demonstraram claramente isso,

2200 inclusive, havia a questão de que os municípios poderiam, às vezes, por uma  
2201 questão do desmatamento, aplicar multas, vamo dizer, de mil reais num  
2202 desmatamento, e com isso impediam uma ação do próprio estado ou do  
2203 Governo Federal em relação a isso. E há uma série de coisas, quer dizer, eu  
2204 trabalho, eu sou do Rio de Janeiro, a FBCN ta instalada no Rio de Janeiro, quer  
2205 dizer, a gente acompanha uma série de coisas do problema da administração  
2206 do território da gestão compartilhada entre território municipal onde tem espaço  
2207 de unidade de conservação estadual e federal, e onde tem, por exemplo, a  
2208 questão mesmo da expansão das favelas ou da expansão da coisa, muitas  
2209 vezes acontece sobre unidade de conservação federais ou estaduais e o  
2210 prefeito e a prefeitura se diz não responsável pela, por aquele, aquela, aquela  
2211 coisa. Então, automaticamente lá na reunião a gente discutiu que do mesmo  
2212 jeito que havia um contrato, um convênio de responsabilidade dos estados com  
2213 o Governo Federal, que houvesse uma agenda que pudesse ser cumprida ao  
2214 longo de alguns anos pra que os estados pudessem fazer uma divisão de  
2215 responsabilidade do meio ambiente também com os municípios. Então, por  
2216 isso, e que fosse repartido, quer dizer, a coisa da informação, porque uma  
2217 coisa que a gente acompanhou é que muitas vezes os municípios não têm  
2218 informação sobre eles de dados que os estado tem. Então, que o estado  
2219 repasse informação e que o próprio Governo federal repasse informação, por  
2220 exemplo, a nível do Governo Federal, o próprio IBGE fez um levantamento todo  
2221 do diagnóstico ambiental dos municípios, né? Que todos vocês conhecem que  
2222 é um estudo de como tá os processos de administração ambiental nos  
2223 municípios. E que ficou claro cada município tem problemas de cumprir Agenda  
2224 21, tem conselho municipal, então, tem uma série de fatores que envolvem  
2225 essa questão. No entanto, muitos municípios sequer pegarem essa dados no  
2226 IBGE, entendeu? Quer dizer, então, a idéia é hoje aqui a própria discussão  
2227 ontem, eu acho que, que o Langoni falando da questão do banco de dados do  
2228 Sinima e do sistema de informação, e que tá lá na internet, tal, tal, tal, tal. Mas  
2229 além da coisa da internet ou de tá disponível, você tem que ter algum  
2230 mecanismo e algumas estratégias ou alguns instrumentos, que aproximem  
2231 mais e facilitem os municípios a estabelecer o que que eles tem que cumprir  
2232 nessa, nessa, o que que eles podem cumprir, o que que eles devem cumprir  
2233 pra ter uma responsabilidade também sobre o meio ambiente. A idéia na  
2234 moção não é que esses instrumentos, e é óbvio que isso dá mais é uma  
2235 moção, não é uma, não é uma resolução do CONAMA, ela não tem,  
2236 evidentemente, ela tem uma caráter de uma moção que é uma coisa indicativa,  
2237 e aí eu sentei com o Sorage, conversando com o Sorage, sentamos no,  
2238 fizemos uma reunião no Rio de Janeiro, não houve tempo de fazer reunião em  
2239 todos os estados, e conversei, discuti com o Sorage e no última, segunda  
2240 reunião do Rio de Janeiro, segunda reunião da Anama no Rio de Janeiro, que  
2241 foi em Cabo Frio, a gente apresentou de forma um pouco mais detalhada esses  
2242 instrumentos. Então, nós discutimos, são cinco, são quatro itens, na verdade,  
2243 de instrumentos que seriam instrumentos indicativos e norteadores pra que  
2244 cada município possa seguir. Alguns instrumentos estão já, e já são elencados  
2245 naqueles documentos...

2246

2247 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Conselheiro, se puder concluir, por  
2248 favor.

2249

2250 **O SR. SÉRGIO ANÍBAL (FBCN)** – Não, tudo bem, alguns eu to só  
2251 esclarecendo rapidinho. Tem que, tem que explicar porque realmente é dif, é  
2252 também, não, como não houve possibilidade...

2253

2254 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Não, ok. Pode, pode ir concluindo.

2255

2256 **O SR. SÉRGIO ANÍBAL** – Não, não, eu to concluindo. Naquele documento que  
2257 a gente recebeu de capacitação, de formação dos conselheiros e, e agente  
2258 meio ambiente, alguns desses itens que estão aqui, estão lá, mas outros não.  
2259 Então, a idéia é apresentar esses instrumentos e vê a da viabilidade ou não, da  
2260 gente recomendar isso como um dos, um dos passos. A questão que o  
2261 companheiro levantou, eu concordo que alguns instrumentos, é claro, qualquer  
2262 instrumento de qualificação em qualquer empresa, em qualquer unidade da  
2263 Federação, depende, eventualmente, de você ter, às vezes, que contratar ou  
2264 que efetivar consultorias consultoria, ou isso ou aquilo. Mas, ao mesmo tempo,  
2265 essa consultoria representa ou vai representar uma melhora de qualificação pro  
2266 município, então, na verdade, é uma questão de você considerar a despesa ou  
2267 o investimento, né? E aí aqui é muito difícil você dizer “não, não vou me  
2268 qualificar porque vai representar despesa”. Então, bom, então, deixa eu  
2269 apresentar rapidinho os três, pode baixar. Então, o objetivo é contribuir na  
2270 orientação, de fortalecer de forma integrada com os estados o  
2271 desenvolvimento, isso, inclusive, seria uma pauta para as comissões tripartites,  
2272 pra colaborar com as comissões tripartites, que são as comissões, justamente,  
2273 que agendam Governo Federal, estados e municípios. Então, nesse contexto,  
2274 apresentamos a seguir o conjunto de objetivos específicos pra reforçar que  
2275 seriam integrados no que a gente chamou de uma sigla Sirimude então.  
2276 Reforçar, complementar e ampliar o conteúdo do programa de capacitação de  
2277 gestores e conselheiros municipais que integram as comissões tripartites,  
2278 gerando efeitos derivados pra fortalecimento do SISNAMA. Então esse é um  
2279 ponto macro. Criar para cada município um banco primário de informações  
2280 capaz de atualizar permanentemente vários indicadores de responsabilidade  
2281 ambiental, tais como os previstos no IBGE em 2002. Então, é garantir que o  
2282 município tenha um computador com pelo menos a caracterização que o  
2283 município teve em 2002 da sua atuação como responsabilidade ambiental,  
2284 certo? Aqui a gente usou a palavra responsabilidade ambiental, podemos  
2285 talvez, se a Anama ou a, quiserem mudar de responsabilidade ambiental como  
2286 sem, sem botar a palavra responsabilidade, podemos talvez modificar essa,  
2287 essa palavra na moção, né? Bom, o terceiro, então, é avaliar em cada  
2288 município a relação entre os dispositivos da política ambiental determinados na  
2289 lei orgânica com as práticas efetivas do gerenciamento ambiental. Outra coisa  
2290 que a gente tem observado é isso, muitas vezes as secretarias municipais nem  
2291 se lembram que tem lei orgânica, e que na lei orgânica tem um capítulo, às  
2292 vezes, de duas três páginas que trata sobre política ambiental. Então, a pauta  
2293 das secretarias de meio ambiente, às vezes, nem verificam que uma da força  
2294 que ela pode ter, até com seu administrador, prefeitura, é ele mostrar que ele tá  
2295 executando, cumprindo a própria lei orgânica que ele assinou, certo? Então,  
2296 pode parecer isso um absurdo, mas isso existe, né? Isso existe e muito, então,  
2297 isso é só um lembrete que efetivamente cria um outro *modus operandis* pros

2298 municípios. O quarto item é caracterizar e isonear as APPs e as unidades de  
2299 conservação dentro dos territórios municipais, facilitando a gestão integrada e  
2300 complementar das unidades de administração estaduais e/ou federais , assim  
2301 como relacionando essas áreas no plano diretor municipal. Essa, essa...

2302

2303 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Ok. Ô, Sérgio, conselheiro Sérgio,  
2304 realmente, nós não vamo ter tempo de apreciar as moções com essa tempo  
2305 todo, porque a gente tá.

2306

2307 **O SR. SÉRGIO ANÍBAL** – É o último item, é o último. Não, é o último. Não,  
2308 tudo bem, tudo bem. Desenvolver instrumentos, o último item, que é talvez o  
2309 mais complexo, mas é o quinto pra municípios que já fizeram aqueles quatro  
2310 itens ou estão fazendo, o último item seria justamente desenvolver  
2311 instrumentos de avaliação setorial das cadeias produtivas localizadas,  
2312 principalmente das de base nos recursos naturais municipais, incrementando, a  
2313 médio prazo, padrões de gerenciamento ambiental integrado, tais como os da  
2314 ABNT, da série ISO 14.000, condicionando tecnologias limpas, tanto para os  
2315 empreendimentos privados como para os serviços públicos, tá? Porque aqui, e  
2316 aqui é próprio do CONAMA, a gente tem uma polarização normalmente da  
2317 gente aqui exigir que o setor privado e que as empresas privadas cumpram  
2318 dentro das plantas operacionais dela, uma série de requisitos de meio  
2319 ambientes, de qualidade ambiental. E o estado ou município, no serviço de lixo  
2320 ou no serviço de saneamento ou nos serviços que são competência de  
2321 administração municipal, estão totalmente fora dos padrões. Então, isso cria  
2322 efetivamente um *modus operandis* de você qualificar o conjunto e tal. Então,  
2323 agora finito. (*risos*)

2324

2325 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Ok. Obrigado. Nós vamos abrir pra  
2326 manifestação, pra algumas manifestações, em termos de debate pra poder  
2327 seguirmos a votação, tá, já pra essa moção. Algum conselheiro, bom, primeiro  
2328 eu pergunto se o plenário está esclarecido, se tem alguma dúvida ainda a  
2329 questionar, alguma pergunta? Se não, pergunto se alguém quer debater a  
2330 matéria, quer se manifestar em relação a moção. Podemos ir à votação? Ah,  
2331 sim, Sebastião.

2332

2333 **O SR. SEBASTIÃO NEY** – Só como sugestão, não é nem questão de ser  
2334 contrário ou a favor da moção, mas nós temos tantos grupos que já, na  
2335 verdade, discutem sobre o mesmo tema, se a gente, até conversando aqui com  
2336 o Rodrigo, sugestão de encaminhar isso ao próprio gestor do Sinima, que tá aí  
2337 com as mesmas funções e gente remeter a moção, porque muito grupo já, na  
2338 verdade, o que tá discutindo as mesmas coisas que o Sérgio tá propondo aqui.  
2339 Basicamente isso.

2340

2341 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Ok. Quer dizer, independentemente do  
2342 resultado da votação da moção, se eu entendi bem, o presidente da Anama tá  
2343 sugerindo que o Sérgio encaminhe isso, de qualquer forma, como sugestão  
2344 para o gestor do Sinima. Mas aqui nós temos que votar a moção, certo? Então,  
2345 o plenário está esclarecido? Ninguém me parece, ninguém mais quer se

2346 manifestar, nós vamos à votação, correto? Já foi explicado, como? Conselheiro  
2347 Sérgio.

2348

2349 **O SR. SÉRGIO ANÍBAL** – Veja bem. Algumas coisas aqui estão dentro,  
2350 podem estar dentro de pacotes tanto de conteúdos de formação de gestores  
2351 municipais, mas eu garanto que esse conjunto aqui tão claramente explicitado  
2352 não está. E ISO 14.000 não está, tenho certeza. ISO 14.000 é um exemplo,  
2353 isso não é, como isso não é uma recomendação, isso não vai impor uma, não é  
2354 uma lei, não é uma resolução, isto é uma moção de opinião, de proposta de  
2355 que aquilo tem um seguimento. e tenho clareza que isso pode ser integrado ao  
2356 Sinima, ao próprio plano de gestão, próprio plano de capacitação, entendeu?  
2357 Quer dizer, não tem, não tem questão nenhuma. Quer dizer, pode daqui dessa  
2358 moção ele ter o encaminhamento que for.

2359

2360 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Ok. Eu pergunto se algum conselheiro  
2361 quer se manifestar contrariamente a essa moção? Alterar redação? Certo.

2362

2363 **O SR. SÉRGIO ANÍBAL** – Podemos tirar o nome “sistema” da, da, entendeu?  
2364 A moção não precisa ter o nome de sistema. Pode ser um “instrumentos de  
2365 responsabilidade municipal pro desenvolvimento sustentável”, que podem ser  
2366 um item dentro do Sinima, o que for, já incorporados em outros instrumentos do  
2367 Sinima, sai fora daí porque já tá lá. E o não tiver, fica.

2368

2369 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Tá, mas qual é a alteração  
2370 objetivamente?

2371

2372 **O SR. SÉRGIO ANÍBAL** – Não, não, a alteração é, por exemplo, em vez de ter  
2373 o nome de “sistema”, pra não criar um outro instrumento macro, né, realmente  
2374 é bom convergir tudo pro Sinima, pode ser “instrumentos de responsabilidade  
2375 municipal pro desenvolvimento sustentável”. Inclusive, um dos argumentos  
2376 disso aí é porque essa capacitação municipal daria qualificação dentro da  
2377 lógica de implementação de desenvolvimento, de empresas se localizarem em  
2378 municípios que tenham essa estrutura de responsabilidade. Então, a idéia é ter  
2379 um efeito também claramente de desenvolvimento sustentável, não tem um  
2380 efeito, vamos dizer de preservação ambiental pura e simples, mas de qualidade  
2381 ambiental como um todo.

2382

2383 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Ok. O Conselheiro Rodrigo pediu  
2384 primeiro a inscrição, depois o Rosalvo. Rosalvo? Conselheiro Rosalvo.

2385

2386 **O SR. ROSALVO JÚNIOR** – Rosalvo Júnior, Ministério da Integração Nacional.  
2387 Conversando aqui com o doutor Sílvio, viu, ô, companheiro? Conversando com  
2388 o doutor Sílvio ele apresentou uma sugestão no sentido da gente melhorar um  
2389 pouco a redação e aí, acordando a melhoria dessa redação, e aí a gente vai  
2390 pra plenário pra garantir o mérito da proposta apenas tirando aquela coisa do,  
2391 pra não criar mais um sistema etc, etc.

2392

2393 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Qual é a proposta de redação?

2394

2395 **O SR. ROSALVO JÚNIOR** – Da gente a adiar a votação dessa moção, passar  
2396 pra outra até a redação ficar redonda.

2397

2398 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Ok. Quem vai ficar responsável?

2399

2400 **O SR. ROSALVO JÚNIOR** – Doutor Sílvio Botelho. Tá conduzindo o...

2401

2402 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Sílvio Botelho? (*risos*) Bom, então, eu  
2403 vou pedir que o conselheiro Sérgio e o doutor Sílvio Botelho arredondem aí  
2404 essa redação e a gente volta ela assim que tiver resolvido, tá? Não vamos  
2405 jogar ela muito lá pra frente, não.

2406

2407 **O SR. ROSALVO JÚNIOR** – Outra questão aí é uma questão de  
2408 encaminhamento. Eu tenho um problema pessoal que eu tenho que eu tenho  
2409 que viajar às cinco horas pra uma reunião do Comitê de Bacia de São  
2410 Francisco, então solicitaria à mesa e com a anuência dos senhores  
2411 conselheiros também do plenário, que a gente pudesse colocar a, substituindo  
2412 a 5.8 pelo Moção 5.10, e colocar a Moção 5.8 depois da 10, 11, 12, apenas pra  
2413 gente já que o nosso parecer já tá aí, a IDI já apresentou a moção, a gente já  
2414 conversou, e acredito que a gente já tenha condição de fazer o debate dessa  
2415 Moção 5.10. Apenas por essa necessidade de trabalho que a gente vai ter que  
2416 se retirar às cinco horas e a gente queria fazer o debate da moção,  
2417 considerando que o parecer, todos os senhores já leram.

2418

2419 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – O que eu to ponderando aqui com o  
2420 presidente da mesa é o seguinte: nós temos um período previsto pra inversão  
2421 de pauta, certo? Pra alterações de ordenamento na pauta, que é aquele,  
2422 aquele horário no início da plenária. Já aconteceu, já aconteceu situações que  
2423 no meio da discussão da ordem do dia se façam eventuais alterações. Mas,  
2424 normalmente, com razões assim justificáveis, né, quer dizer, alguma razão de  
2425 ordem superior mesmo, que nos obriga a fazer uma alteração do ordenamento  
2426 da pauta. Isso é que tá, que a gente tá ponderando aqui. A mesa tá  
2427 ponderando.

2428

2429 **O SR. ROSALVO JÚNIOR** – Mas, Nilo, não é inversão de pauta, é no mesmo  
2430 ponto de pauta, então, eu não to invertendo pauta, mesmo ponto de pauta,  
2431 discussões de moções. É apenas alterar a seqüência de debates de moções, é  
2432 isso, por uma necessidade de trabalho, cinco horas a gente vai ter que sair.  
2433 Não é inversão de pauta, a pauta é a mesma.

2434

2435 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – É, eu não to falando moções,  
2436 resoluções ou multas, viu, Rosalvo. Cada ponto aqui, 5.7, 5.8., é um ponto de  
2437 pauta. O que trata no começo da plenária é inversão de pauta, qualquer que  
2438 seja o ponto em discussão, não é necessariamente resolução por moção, isso  
2439 nem se pode fazer. Moções não podem vir antes de resolução, essa alteração  
2440 nem no início da plenária é permitido fazer. Quando se fala em inversão de  
2441 pauta é inversão de pontos da pauta, qualquer ponto da pauta se inverte, por  
2442 exemplo, nós invertemos o 5.5 e o 5.4 no início da plenária, agora você tá

2443 pedindo um inversão do 5.8 passando pra depois do 5.12. Zuleica, cê pediu a  
2444 palavra? Cê pediu a palavra, Zuleica?

2445

2446 **A SR<sup>a</sup> ZULEICA** – Ah, eu sou a pessoa que protocolou a Moção do ponto 5.9  
2447 e eu não me oponho a essa troca, porque tanto uma moção quanto a outra são  
2448 extremamente importantes. Se o Rosalvo tá interessado em tratar desse  
2449 assunto agora, a gente não faz nenhuma objeção. Só propus, então, que essa  
2450 Moção do 5.9 passasse pra depois do 12, então.

2451

2452 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – 5.8.

2453

2454 **A SR<sup>a</sup> ZULEICA** – 5.8., é, isso. Eu concordo em passar mais pra trás um  
2455 pouco pra dar tempo de tratar de alguns assuntos que são mais urgentes. Eu  
2456 não tenho, da minha parte, não tenho oposição.

2457

2458 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – A proposta, só pra gente poder deixar  
2459 bem claro pro plenário, a proposta é passar a resolução que tá agora com o  
2460 número de 5.10, ela passaria a ser 5.8. E a 5.8...

2461

2462 **O SR. ROSALVO JÚNIOR** – Depois da 12.

2463

2464 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Passa a ser 5.12, é isso?

2465

2466 **O SR. ROSALVO JÚNIOR** – 5.13. 13, depois da 12, isso.

2467

2468 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – 5.13.

2469

2470 **O SR. ROSALVO JÚNIOR** – Inclusive, senhor Presidente, eu tenho aqui o  
2471 Regimento, e ele coloca no Artigo 17 que as matérias que foram objetos de  
2472 pedido de vista ou retirada de pauta, ela, pelo proponente, elas terão prioridade  
2473 na definição das discussões. Artigo 17, Inciso XI do Regimento Interno do  
2474 CONAMA.

2475

2476 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – É, essa seqüência, ela tá organizada  
2477 exatamente com base nesse dispositivo, são colocadas primeiro as resoluções  
2478 que foram ou retirado de pauta ou pedido de vista, entende? Então, tá nessa  
2479 ordem. Ah, ele foi retirado, foi retirado, o artigo do Regimento é o mesmo. Os  
2480 nossos regimentalistas aí, pedido de vista, matéria com pedido de vista  
2481 precede a matéria retirada de pauta, correto?

2482

2483 **O SR. ROSALVO JÚNIOR** – Hã, ô, Nilo, se gente.

2484

2485 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – O conselheiro ele levantou uma  
2486 questão regimental que pode indicar um erro no ordenamento da pauta das  
2487 moções, exatamente porque pedido de vista, pelo regimento, precede matérias  
2488 retiradas da pauta, que, por sua vez, precede matérias novas ou matérias que  
2489 ainda não tenham sido apreciadas.

2490

2491 **O SR. ROSALVO JÚNIOR** – Ô, Nilo. Mas, inclusive, mas também...

2492

2493

2494

2495

2496

2497

2498

2499

2500

2501

2502

2503

2504

2505

2506

2507

2508

2509

2510

2511

2512

2513

2514

2515

2516

2517

2518

2519

2520

2521

2522

2523

2524

2525

2526

2527

2528

2529

2530

2531

2532

2533

2534

2535

2536

2537

2538

2539

2540

**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – É, aqui é o seguinte, na verdade, o dispositivo do Regimento diz assim que a elaboração da Ordem do Dia observará matérias, viu, Langoni, matérias que foram objeto de anterior pedido de vista ou de retirada de pauta pelo proponente, com respectivo parecer ou justificativa, e aqueles com tramitação em regime de urgência. Então, a Secretaria do CONAMA entende que como na ordem aqui dos, das expressões, vem primeiro pedido de vista ou de retirada de pauta, então, a gente entende que pedido de vista deve vir antes. Portanto, houve realmente um erro aqui na, no ordenamento da pauta. Todas as nós vamos ter que apreciar primeiro as resoluções que estão sobre pedido de vista, portanto a primeira que a gente já tá guardando só a redação, o Sílvio e o Sérgio tão fazendo, esse já tem pedido de vista, a segunda, 5.8, não tem pedido de vista, certo? Então, essa via ficar mesmo pra depois, vamo ver aqui que ordem que ele entraria. A 5.9, também não é pedido de vista, certo, é matéria retirada da pauta, vai ficar pra depois. Nós vamos ter que antecipar, justamente, a 5.10, que é pedido de vista, certo? Então essa vai passar a ser 5.8, conforme solicita o conselheiro, ó, tem uma solução regimental.

**O SR. ROSALVO JÚNIOR** – Não, mas, presidente. Além do regimento, tá tudo acordado que é como todas as matérias são discutidas e deliberadas aqui no CONAMA.

**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Deixa eu concluir aqui só... só concluir aqui. A 5.11 vai ficar pra depois também e aí a 5.12 passa a ser 5.9, 5.9, a 5.14 passa a ser a ser 5.10. Tem mais algum pedido de vista aqui? Não, né? Não. E aí, a que passa a ser 5.11 é a 5.8, né isso? A antiga 5.8, não é isso? É, o efeito prático e o mesmo, a gente apenas aqui garante o cumprimento do Regimento. Então, a 5.8 passa a ser 5.11, 5.11. A 5.9, também retirada de pauta, passa a ser 5.12, eu espero que tenha mais alguém acompanhando essa, renumerando aqui comigo, mas acho que tá correto. Não, aí o, bom. Tá, então a 5, qual que é essa, é a 5.15? É isso conselheira, é, né? 5.15, então, essa é que vai ser, passa a ser 5.11, tá? E aí, a antiga 5.8, passa a ser 5.12 e a 5.9 passa a ser 5.13. Ok, então, tá. Enquanto a gente aprecia a próxima moção, eu vou pedir que a Secretaria do CONAMA faça a renumeração de acordo com essa observação que foi feita aqui regimental. Aqui, aqui, Cássio, cê vê aí pra gente? Observando o que tem pedido de vista e observando o que, e também pela antiguidade das moções. Bom, nós estamos aguardando redação da primeira resolução já discutida, que é a 5.7, em seguida, pela ordem, virá a antiga 5.10, que é a que trata das árvores exóticas num Bioma Pampa, correto? Essa resolução foi feita um pedido de vista, peço que coloque em tela, na resolução que antes tava numerada como 5.9. Nós não vamo poder fazer essa numeração no computador agora, viu, porque se não vai atrapalhar aqui o acompanhamento da matéria. Isso, moratória para implantação de monoculturas de árvores exóticas no Bioma Pampa. Então, vamo lá. Essa matéria foi pedido de vista do setor florestal do Ministério da Integração Nacional. Setor florestal tá presente? Pode se manifestar a respeito da moção, por favor? Em seguida, Ministério da Integração.

2541

2542

2543

2544

2545

2546

2547

2548

2549

2550

2551

2552

2553

2554

2555

2556

2557

2558

2559

2560

2561

2562

2563

2564

2565

2566

2567

2568

2569

2570

2571

2572

2573

2574

2575

2576

2577

2578

2579

2580

2581

2582

2583

2584

2585

2586

2587

2588

2589

**REPRESENTANTE NÃO-IDENTIFICADO DO SETOR FLORESTAL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**

Bom, senhores conselheiros, senhoras conselheiras, o objetivo da presente moção é solicitar a moratória para o plantio de espécies exóticas no Bioma Pampa. É, nós achamos que o objetivo dessa moção, ela está superada pelos seguintes motivos: no dia 16 de fevereiro de 2006, associação representativas dos produtores de florestas plantadas no Rio Grande do Sul, juntamente com o órgão licenciador do estado e o governo do estado do Rio Grande do Sul, firmaram um convênio aonde o setor de produção disponibilizou recursos para que fosse feito o zoneamento ambiental do Rio Grande do Sul, uma das exigências, uma das solicitações dessa moção. E a questão do licenciamento, que está estabelecido por lei, cabe ao órgão ambiental, estadual, exigir e o setor produtivo está cumprindo rigorosamente isso, inclusive, com o inserimento do Ministério Público do estado, através de um termo de ajustamento de conduta, vem seguindo rigorosamente esses preceitos, por isso que eu acho que o objetivo da moção tá superado, e, por isso mesmo, nós propomos ao Conselho o não acolhimento dessa moção. Eu gostaria de dividir o meu tempo, senhor presidente, Nilo, eu gostaria de dividir o meu tempo com o, a representação da Associação Gaúcha das Empresas Florestais, que também gostaria de fazer um esclarecimento a respeito desse assunto. Eu convido o senhor José Lauro de Quadros, representante da Associação Gaúcha de Empresas Florestais, a também se pronunciar.

**O SR. JOSÉ LAURO DE QUADROS** – Senhor Presidente do CONAMA, meu prezado amigo Cláudio Langoni, Primeiro-Secretário de Agricul..., de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, presidente do Conselho, mas na época em que eu fui conselheiro, senhor Secretário Nilo, conselheiras e conselheiros, eu fiz um pequeno resumo no encaminhamento da votação deste assunto para que este colendo conselho possa votar com maior tranqüilidade esta proposição de moratória de florestas exóticas no Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul, em 1028, nós tivemos o início de plantação florestal numa caixa negra com uma essência exótica, posteriormente, introdução de pinus e eucaliptos. A mais de 50 anos, nós plantamos florestas exóticas no rio Grande do Sul sem que exista um único registro de degradação ambiental por conta desses plantios. Hoje, nós temos 400 mil hectares de florestas plantadas no estado equivalente a 1,4 % do território estadual. Esta atividade está consolidada, gera mais de 250 mil empregos e um Produto Interno Bruto de 3 bilhões e 500 milhões de reais nos diferentes segmentos da cadeia produtiva. Nós tínhamos até 2003 um déficit florestal no estado de 18 mil hectares. Colhíamos 30 mil, plantávamos 12 mil. com o nosso programa florestal industrial iniciado em 2004 nós invertemos a situação e já no ano passado tivemos um superávit de 15 mil hectares pra manter a indústria funcionando. Mais ainda, estes plantios florestais são responsáveis pela mudança de um perfil no estado no início da ocupação do território estadual, nós tínhamos 43 % do território com matas nativas. No inventário florestal realizado em 1982 e, na época, eu era diretor de pesquisa do IBDF aqui em Brasília, nós constatamos um remanescente de apenas 5,3%, sofremos uma devastação florestal no estado, no entanto, como todo, o nosso consumo está nas florestas plantadas,

2590 no inventário florestal realizado em 2002, o remanescente hoje de florestas e  
2591 regeneração nativas, cobre 17 e meio do território do estado. Mais ainda, este  
2592 nosso programa Floresta-Indústria, nós estamos fazendo uma distribuição  
2593 espacial das florestas em mais de 300 municípios, não há uma concentração  
2594 da monocultura da floresta, e ainda mais, o sistema com que se faz o  
2595 desenvolvimento deste programa é através de sistemas agrosilvipastoris,  
2596 otimizando o uso da propriedade rural. A metade Sul, que é objeto aqui desta  
2597 moção, que é o chamado Bioma Pampa, na metade Sul, mais de 35% dos 15  
2598 milhões de hectares são classe de solo 4, 5, 6 e 7, apropriadas para culturas  
2599 permanentes como fruticultura, pastagens e florestas. Mais ainda, nós temos  
2600 no Rio Grande do Sul 30% do território ocupado com culturas anuais, o nosso  
2601 programa Florestal-Industrial quando for concluído, daqui a 7, 8 anos, vai cobrir  
2602 apenas 3% do território estadual. A metade sul, senhoras conselheiras e  
2603 senhores conselheiros, tem um grande problema, não é a chegada da floresta,  
2604 é o capim-anoni. É uma exótica invasora que tá destruindo a nossas pastagens  
2605 nativas, as nossas gramíneas e leguminosas e, no entanto, não se fala nisso.  
2606 O nosso problema no Bioma Pampa é a arenização na fronteira oeste, onde  
2607 um trabalho da universidade detectou 4 mil hectares, pura areia e dezenas de  
2608 milhões de hectares em arenização e só a floresta vai salvar essa situação. O  
2609 anoni não agüenta sombreamento, e segundo na, no controle da arenização,  
2610 os trabalhos que nós temos com florestas estão recuperando essas áreas.  
2611 Desculpem que eu me emociono. Um véinho de 70 anos tem direito de, às  
2612 vezes, se emocionar. Nós gostaríamos ainda de dizer-lhes para encaminhar o  
2613 encerramento da minha manifestação. Nós temos um problema social terrível  
2614 no Brasil que é a falta de emprego e o Rio Grande também não foge disso. Nós  
2615 temos lá 25 acampamentos de sem-terra com mais de 2 mil famílias. Toda a  
2616 atividade que não agrida o ambiente, que seja praticada dentro de conceito de  
2617 sustentabilidade, tem que ser bem vinda pra gerar emprego e acabar com essa  
2618 situação de irmãos nossos, abandonados nas beiras das estradas nos  
2619 acampamentos e no desespero, muitas vezes, invadindo as propriedades  
2620 rurais, causando um problema social terrível. Esta moratória vai causar  
2621 prejuízos irrecuperáveis ao Rio Grande. O Marcílio Carón Neto já mencionou:  
2622 nós temos o TAC, Ministério Público, Fepan, Secretaria do Meio Ambiente.  
2623 Temos fazendo o zoneamento ambiental pela primeira vez no Brasil, uma  
2624 atividade vai ter o seu zoneamento ambiental, o Rio Grande vai lançar  
2625 paradigma para que se possa usar os recursos da natureza com  
2626 sustentabilidade. Senhoras conselheiras, senhores conselheiros...

2627  
2628 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Ok, conselheiro.  
2629 Concluindo, por favor.

2630  
2631 **O SR. JOSÉ LAURO DE QUADROS** – Eu encerro pedindo que esta moção  
2632 seja retirada de pauta. No meu entendimento, tantos problemas de âmbito  
2633 nacional para serem tratados aqui e um problema de âmbito estadual, sob  
2634 controle, equacionado, venha congestionar a pauta deste Conselho. Eu apelo  
2635 às senhoras conselheiras e os senhores conselheiros para revogarmos e não  
2636 admitirmos na pauta esta moção. Muito obrigado.

2637  
2638 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Obrigado. Conselheiro Rosalvo.

2639

2640

2641

2642

2643

2644

2645

2646

2647

2648

2649

2650

2651

2652

2653

2654

2655

2656

2657

2658

2659

2660

2661

2662

2663

2664

2665

2666

2667

2668

2669

2670

2671

2672

2673

2674

2675

2676

2677

2678

2679

2680

2681

2682

2683

2684

2685

2686

2687

**O SR. ROSALVO JÚNIOR** – Rosalvo Júnior, Ministério da Integração Nacional. A apresentação desta moção pela, pelo pessoal das ONGs, pela Zedi, ela nos proporciona apresentar ao plenário e ao público que nos assiste as ações que o Governo Federal tá fazendo exatamente, exatamente pra gente contemplar coisa que não feito antes, é a questão dos estudos e do zoneamento ambiental no estado do Rio Grande do Sul. O Governo Federal, por exemplo, está fazendo um levantamento dos remanescentes que tem no Bioma Pampa, o Governo Federal tá fazendo um levantamento também das áreas prioritárias para proteção, e o governo do estado, e aí, eu invoco o conselheiro, representando estado do Rio Grande do Sul, também está fazendo um esforço da elaboração do zoneamento ecológico e econômico. O parecer do Ministério da Integração, no sentido de que esta moção não seja acatada, mas ela permite que a gente faça o debate, porque além de todas as ações na área ambiental que o Governo Federal tá fazendo por intermédio, que é o Ministério da Integração Nacional, o Ministério da Integração, que tem a atribuição definida em lei para a diminuição da desigualdade que é um dos objetivos da República contido na Carta-Política de 88, Artigo 3º da Constituição Federal, que é exatamente trabalhar na diminuição das desigualdades regionais, também tá aportando um conjunto de recursos para projetos de implantação e reforma de viveiros florestais da ordem de mais de 1 milhão e 120 mil reais. Então, quer dizer, o Governo Federal está atento, estas ações terão seus resultados, proximamente, não mais do que um ano, e aí, eu pediria o auxílio do colega conselheiro do estado do Rio Grande do Sul, e, evidentemente, que o Ministério da Integração também tem tanta preocupação com a questão ambiental que a sua representação no CONAMA, de todas aquelas que têm no Governo Federal e até dos poucos órgãos que tem 100% de presença. Não falta nenhuma resolução, basta os senhores verem a lista de presença e fora outras atividades que a gente faz nas câmaras técnicas. Também compartilhamos, e aí, uma competência legal com o Ministério do Meio Ambiente e aí, só na Amazônia, nós estamos aplicando mais de 5 milhões de reais para a área prioritária da BR 163, do zoneamento ecológico-econômico, exatamente, pra gente contemplar e que este instrumento permita um ordenamento territorial completo daquela área que hoje que já é objeto da, do movimento que tem do desmatamento e legalidade do ponto de vista fundiário, onde aquele arco de povoamento avança sobre floresta. Então, senhores conselheiros, salve um entendimento diferente e seria muito repetitivo eu ler um parecer que já tá no *site* e que os senhores já leram e tão aí, inclusive, com a cópia, dizer que esta preocupação com a moção colocada pela conselheira, eu acho que o mérito tá na possibilidade que a gente tem de fazer esse debate, já tá contemplada, e salve o entendimento dela, eu acho que aquilo que ele provocou no Conselho e no Órgão Federal já te sendo contemplado com ações concretas, inclusive, convênios liberados publicados no Diário Oficial da União, como é, por exemplo, esse recurso do Ministério da Integração para implantação e reforma de viveiros florestais que foi publicado no Diário Oficial do dia 24 d novembro de 2003. Então, só um entendimento diferente da própria conselheira e de outros conselheiros, tamos à disposição, mas entendemos que, e aí, já concluindo, senhor Presidente, que o Governo Federal já tá com essa preocupação, e não só preocupação, já tá executando ações concretas e

2688 efetivas, a moção fica sem sentido e desistir, pelo menos nesse momento.  
2689 Obrigado.

2690

2691 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Ok, nós ouvimos os conselheiros que  
2692 apresentaram vista, agora nós vamos ouvir a proponente da moção, Agapan,  
2693 conselheira Edir.

2694

2695 **A SRª EDIR** – Eu começaria dizendo o seguinte: que o Bioma Pampa, ele é  
2696 rico em biodiversidade tem mais de 3 mil espécies, né? Então tem uma rica  
2697 diversidade biológica. Inúmeras dessas espécies são endêmicas, com pouco  
2698 estudos, inclusive, científicos e base científica. É, são consideradas as  
2699 melhores pastagens do mundo, e outra questão, o impacto social e ambiental,  
2700 né, que é a substituição de, mesmo que parcial de campos pruma culturas sem  
2701 EIA-RIMA, né, instrumento legal previsto na Constituição Federal, pode causar  
2702 este bioma, né? Atualmente, são 400 mil hectares com pínus, eucaliptus e  
2703 acácia, todos já devidamente debatidos e questionáveis dentro não só do  
2704 movimento ambientalista gaúcho, mas também na sociedade científica do Rio  
2705 Grande do Sul. Então, isso que o doutor José Lauro de Quadros coloca, que  
2706 aqui nunca foi questionado, não é a verdade. Teve inúmeros debates sobre a  
2707 plantação de espécies exóticas florestais no estado do Rio Grande do Sul, né?  
2708 A perspectiva que tinha em 10 anos um milhão de hectares, né, mais ou menos  
2709 um bilhão de pés de árvores exóticas sejam plantadas no estado do Rio  
2710 Grande do Sul por três fábricas apenas: Votorantim, Estoraenzo e Aracruz. O  
2711 MMA, inclusive, em 2002, fez um mapeamento das áreas prioritárias para  
2712 conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da  
2713 biodiversidade brasileira, e são justamente nestes locais onde tão previstas  
2714 essas plantações é aonde o Ministério do Meio Ambiente detectou que são  
2715 importantes áreas de preservação ambiental. Mudança, né, na adequação de  
2716 habitat para espécies animais nativas sem o devido cadastramento. Hoje,  
2717 existe no estado no Livro Vermelho de Fauna e Extinção publicado pela  
2718 Fundação de Zoobotânica do estado do Rio Grande do Sul em 2003 250  
2719 espécies, né, com risco de extinção, né, sendo que com a implantação dessas  
2720 monoculturas, 10% dessas espécies, com certeza, vão desaparecer. Então,  
2721 ainda existe os riscos fitoterápicos, fitossanitários, né, de monoculturas  
2722 florestais num único bioma. Então, alteração da paisagem, né, mudança no  
2723 ciclo hidrológico e no volume de água dos rios, córregos, enfim, da região que  
2724 já são carentes desses recursos, inclusive, eu vou colocar aqui, o professor  
2725 doutor da faculdade universidade federal do Rio Grande do Sul, Ludovic  
2726 Beaucoup, fez um estudo sobre isso, na qual ele identificou que eu coloco aqui,  
2727 neste trabalho dele sobre este artigo, sobre a monocultura com eucaliptos e a  
2728 sustentabilidade. Eu vou colocar só um exemplo, né, o exemplo de caráter  
2729 prático na qual eu tenho uma vivência pessoal por ser oriunda desse local. No  
2730 município de Bagé, né, então, nessa região de Bagé, 70 mil hectares vão ser  
2731 plantados nessa região, o consumo de água dessas áreas é 3,31 trilhões de  
2732 litros por ano, sendo que a precipitação pluvial média dessa região é de 105  
2733 trilhões de litros/ano. São, então, são 3 vezes menos menor do que o consumo  
2734 que essas árvores provocam. Então, assim, em termos dos aspectos sociais  
2735 também a questão do êxodo rural, da favelização pela falta de oportunidade de  
2736 emprego, que as indústrias não têm condições de absorver todos os

2737 desempregados da região, por quê? Porque a indústria de celulose e papel ela  
2738 emprega 1 emprego direto pra cada 186 hectares. Então, é uma inverdade  
2739 essa questão da geração de emprego. Não, então, pra quê que nós estamos  
2740 plantando, né, madeiras do Rio Grande do Sul pra gerar papel sendo que a  
2741 Aracruz exporta 98% da sua produção de celulose é pra exportação. O Brasil  
2742 consome 8 vezes menos papel do que a Finlândia, os Estados Unidos, né, a  
2743 França e outros países. O projeto é de concentrador de renda de terra danosa  
2744 ao meio ambiente, aos recursos hídricos, ao solo e à saúde humana. A  
2745 expansão desse ciclo de madeira, celulose e papel altera, significativamente,  
2746 toda uma região. Então, existe alternativa verdadeira de desenvolvimento rural  
2747 sustentável, né, que seria incentivar, subsidiar a vocação produtiva com menor  
2748 impacto através do manejo do campo, fomentar projetos de pesquisa e  
2749 extensão na área, seriam essas os primeiros questionamentos. Em relação à  
2750 nossa proposta que eu acho que o que colocam no Ministério da Integração foi,  
2751 justamente, a sua justificativa de dizer que não, que manifesta uma  
2752 preocupação com o nosso pedido, ele se justifica pelo seguinte: a nossa  
2753 demanda, no caso, não é que não se faça essa florestamento, mas que ele se  
2754 faça cumprindo a legislação ambiental, né? Sejam feitos os estudos antes.  
2755 Então, o que nós temos pedindo é uma moratória até que sejam feitos e  
2756 apresentados esses estudos, e que se isoneie aonde pode efetivamente ser  
2757 plantados. O que nós não temos hoje segurança é onde pode ser plantado. A  
2758 gente sabe que nos lugares propostos ou nos lugares que onde já estão sendo  
2759 plantados, eles são inadequados pela fragilidade ambiental desses  
2760 ecossistemas que foram procurados. então, assim, há um interesse que o  
2761 governo e o próprio setor produtivo deveria fazer de fazer esse zoneamento da  
2762 silvicultura o mais breve possível pra que ele possa aplanar, implantado. Seria  
2763 isso.

2764  
2765 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – é, só um momento, o conselheiro  
2766 precisa pedir a questão de ordem e ceder... sim, senhor. No microfone, por  
2767 favor. Se apresente também novamente pra registro.

2768  
2769 **O SR. JOSÉ LAURO DE QUADROS** – José Lauro de Quadros, Diretor-  
2770 Executivo da Ageflor. Eu pedi a questão de ordem, senhor presidente, para que  
2771 não fique dúvida entre as senhoras e os senhores conselheiros. Eu não disse  
2772 que não havia contestação a esse programa, eu disse que não havia nenhum  
2773 estudo técnico-científico comprovando degradação ambiental seja de solo, seja  
2774 nas águas do Rio Grande do Sul nestes quase 100 anos de plantios florestais.  
2775 Contestação existe e eu peço que os senhores conselheiros leiam depois disso  
2776 tudo que foi dito pela conselheira Edir, leiam as gravações, porque entre a  
2777 achologia, nós temos baseados na ciência.

2778  
2779 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – É, seu Pedro, seu Pedro. Perdão, não  
2780 é questão de ordem, isso é já defesa de mérito da opinião que o senhor já tinha  
2781 manifestado. Nós vamos fazer o seguinte, nós ouvimos...

2782  
2783 **A SRª EDIR** – É questão de ordem, então, é questão de ordem de dizer para o  
2784 senhor José Lauro de Quadros que procure as pesquisas técnico-científicas de  
2785 100 anos atrás do estado do Rio Grande do Sul que o senhor vai verificar que

2786 existe um contest, contestação científica, em relação a isso que nós tam  
2787 falando.

2788

2789 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Ok. Nós vamos abrir para o debate e,  
2790 em seguida, a votação dessa matéria. Conselheiro Valmir.

2791

2792 **O SR. VALMIR – (fala ininteligível)** da Região Nordeste. Eu quero, é, de  
2793 público, é, ser solidário com a companheira Edir, porque é preciso que seja  
2794 cuidado mesmo com esses plantios de exóticas, principalmente, eucalipto, eu  
2795 moro numa região no sul da Bahia, em que o extremo sul da Bahia se tornou  
2796 um deserto verde e o poder econômico só diz que dá emprego, mas a exclusão  
2797 social não é apontada. A gente vê os pequenos produtores daquela região  
2798 todos sendo expulsos para as cidades, favelização, porque existe um tal de  
2799 fomento por atrás disso que sai comprando as pequenas propriedades dos  
2800 pequenos produtores pra aumentar o plantio de eucalipto, e é preciso que  
2801 tenha um zoneamento ecológico-econômico pra definir essas áreas de plantio.  
2802 Porque se realmente for tomar os espaços do plantio de eucalipto para produzir  
2803 papel pra exportação, as comunidades, as pequenas produtores vão viver  
2804 como? Como é que essas famílias vão sobreviver? Estou de total apoio à  
2805 conselheira Edir porque o problema é sério; eu moro no sul da Bahia, região de  
2806 cacau e que o eucalipto já tá vindo, atravessando o Rio Jequitinhonha tomando  
2807 os nossos espaços. É preciso que tenha maior cuidado mesmo porque com  
2808 essa historinha de dar emprego , às vezes, terceirizam os empregos e quando  
2809 acaba a função, o desemprego tá aí a todo custo.

2810

2811 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Ok, obrigado. Conselheira Zuleica,  
2812 depois Conselheiro Mário Guisi. Eu pergunto se tem ainda, só mais uma. Tô  
2813 inscrevendo também o Secretário Cláudio Langoni. Eu pergunto se sobre essa  
2814 matéria ainda tem algum conselheiro se inscrevendo para se manifestar.  
2815 Anamma Sul, Cláudio Langoni, já falei, mais algum? Vamo tentar, então,  
2816 Adriana Ramos. Após essas manifestações, vamo ver se a gente consegue,  
2817 então, votar., ok? A gente faz uma consulta antes ao plenário. Zuleica.

2818

2819 **A SR.<sup>a</sup> ZULEICA** – É, eu também gostaria de lembrar esses casos que a gente  
2820 vem acompanhando pela rede alerta do deserto verde, um dos casos  
2821 realmente mais escandalosos acho que no mundo hoje é o sul da Bahia, é o  
2822 Espírito Santo. Enquanto tava todo mundo assistindo os primeiros jogos da  
2823 copa, a empresa lá responsável pela destruição completa, tanto ambiental  
2824 quanto degradação social, desagregação social e contaminação química,  
2825 inclusive, pelo uso de agrotóxicos, é, essa empresa ela tentou destruir uma  
2826 área antiga de eucaliptos que tava abandonada, de 20 anos de abandono. E as  
2827 pessoas que moravam ali, que já tinham desistido de captar água, depois de 20  
2828 anos começaram a perceber que como a mata virgem começou a nascer de  
2829 volta, começou a se regenerar, a água começou a voltar, e aí durante esses,  
2830 essa espécie de feriado nacional de copa do mundo, que ninguém tava  
2831 prestando atenção, inclusive a essa empresa tava fazendo propaganda com  
2832 Pelé com música do Ministro da Cultura na televisão, eles estava entrando com  
2833 sete máquinas lá, tratores de esteira, derrubando APP, área de declive, e as  
2834 pessoas muito humildes lá tentaram segurar aquelas máquinas, inclusive uma

2835 mulher grávida e crianças. Isso aí foi, passou foi pro mundo inteiro, tá sendo  
2836 questionado, inclusive, na ONU junto com a, a denúncia foi feita inclusive já  
2837 junto com várias outras denúncias das comunidades indígenas. No Paraná,  
2838 onde eu moro, é escandaloso também. Essas empresas elas avançam e não  
2839 têm nenhum pudor em avançar em cima de nascentes, beira de rio. Tem casos  
2840 na, em Mantirituba, Paraná, naquela região, onde tem uma serra que ardeu em  
2841 incêndio durante semanas, e obviamente que a água acabou lá também. Essas  
2842 empresas multinacionais também, e tem um nacional no Paraná terrível, cê  
2843 pode pegar uma estrada em direção à cidade de Telema Cuborba, e ficar  
2844 viajando horas em alta velocidade, que você só vê pinus. E são serras, são  
2845 encostas. Então, esse problema é gravíssimo, no passivo ambiental dessas  
2846 empresas, o parque de Vila-Velha, que é um dos parques mais antigos do  
2847 Brasil no Paraná, ele tá cercado de pinus, totalmente proibido por lei. Então, o  
2848 que que é, ela simplesmente tá pedindo uma moratória até que as coisas,  
2849 porque vocês não ver pedir dinheiro, deve ter muito dinheiro estocado. Uma  
2850 moratória é só pra pôr as coisas na ordem, no ponto certo, a gente só quer  
2851 isso. Se vocês puderem, inclusive, durante a moratória já corrigir os erros do  
2852 passado, seria melhor ainda. Então, o quê que a moção pede com toda a  
2853 simplicidade: enquanto não se cumprir a lei, não se faz, é só o que, é isso, é  
2854 claro que eu recomendo essa moção porque o governo, o governo, é, o  
2855 Ministério do Meio Ambiente tem vários programas, tem o CONAMA, tem  
2856 várias resoluções do CONAMA, havendo impacto ambiental tem que ter um  
2857 licenciamento. Cê não pode fazer, instituir a tua atividade antes do  
2858 licenciamento, porque é isso que ela tá pedindo. Uma coisa óbvia.

2859  
2860 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Ok. Langoni.

2861  
2862 **O SR. CLÁUDIO LANGONI** – É, na verdade, esse assunto está sendo  
2863 acompanhado no âmbito do Ministério pela Secretaria de Biodiversidade e  
2864 Florestas e pela mudança da ordem da pauta aqui, o professor Kageyama não  
2865 pôde chegar a tempo pra participar dessa discussão, uma vez que ele tem  
2866 acompanhado pormenor essa questão. E também acho que uma questão  
2867 complexa como essa seria desejável que nós tivéssemos aqui uma  
2868 participação do governo do estado do Rio Grande do Sul e do Ministério  
2869 Público do estado do Rio Grande do Sul, em função de alguns, de algumas  
2870 questões que já foram avançadas nesse debate em nível local. É, o Ministério  
2871 tem colocado a seguinte posição em relação ao tema. Nós, todos sabem, nós  
2872 temos feito um esforço muito grande para concretizar uma estratégia de  
2873 desenvolvimento sustentável pra Bioma Pampa. Agora na realização do  
2874 segundo seminário do Bioma Pampa, esse tema do florestamento, ele tomou  
2875 uma parte significativa do debate lá no seminário, embora o mandato do GT do  
2876 Bioma Pampa e o mandato do seminário seja bem mais amplo que este.  
2877 Talvez ele tenha tomado um espaço grande pela ausência de outros espaços  
2878 institucionais pra fazer esse debate mais a pormenor no Rio Grande do Sul,  
2879 embora, por exemplo, a assembléia legislativa do estado tenha recentemente  
2880 promovido um seminário a respeito do tema onde nós fomos convidados, a  
2881 sociedade civil também foi convidada, e as empresas foram convidadas. Nós  
2882 temos afirmado o seguinte, primeiro em relação à atividade em si, não há que  
2883 se estabelecer uma posição de conceito contra ou a favor da atividade, mas

2884 qualquer projeto novo de florestamento em maior escala no Brasil deveria  
2885 buscar evitar repetir situações de conflito já existente em outras regiões. E é  
2886 evidente que o modelo de plantio de grandes extensões e a dinâmica de  
2887 ocupação já existente em outras regiões de conflito, mostrou que novos  
2888 empreendimentos deveriam procurar fugir deste modelo e buscar outros  
2889 modelos alternativos. Inclusive, considerando questões que são muito  
2890 importantes no caso do Pampa, em primeiro lugar, que são, sendo uma região  
2891 de depressão econômica, é, nós precisamos estabelecer mecanismos de  
2892 convivência entre novas atividades produtivas no bioma e as atividades  
2893 econômicas já existentes. O arroz, por exemplo, a pecuária, que tá sofrendo  
2894 uma mudança de modelo, porque nós não temos só o florestamento como  
2895 atividade já, em algumas regiões do bioma sendo praticada, mas nós temos um  
2896 potencial de expansão de fruticultura, sobretudo de produção de vinicultura na  
2897 região da Campanha muito significativa. Portanto, essa questão está vinculada  
2898 a uma outra que nós temos chamado a atenção das empresas que é a  
2899 seguinte: há uma grande dificuldade dos projetos, das empresas do setor  
2900 florestal de se habilitarem nos projetos de mecanismo de desenvolvimento  
2901 limpo, porque o nível de conflitos socioambiental nos projetos já existente é  
2902 muito grande, e este quesito acaba impedindo o acesso aos créditos de  
2903 carbono, que não seria desejável que nós tivéssemos novas atividades de  
2904 florestamento em escala, abrindo mão dessa possibilidade, embora nós  
2905 queiramos estender isso também pra florestas nativas. Essa é a primeira  
2906 questão importante e ele tem muito a ver também com a dinâmica de ocupação  
2907 porque nós temos que proteger as atividades econômicas existentes, garantir  
2908 corredores ecológicos, e nós temos que olhar para o fato de que o Pampa é  
2909 entre os biomas, não só o menor, mas o que tem a menor área de áreas  
2910 protegidas de unidade de conservação. Nós temos a informação de que o  
2911 zoneamento ecológico-econômico está em processo e que as atividades que  
2912 estão sendo autorizadas, elas são objeto de um termo de ajustamento de  
2913 conduta entre o Governo do Estado e o Ministério Público Estadual, que  
2914 condiciona esse estudo mais estratégico. Então, seria importante aportar aqui,  
2915 eu não tenho condição de fazer um juízo sobre este termo de ajustamento,  
2916 mas, obviamente, sendo firmado ele pelo Ministério Público do Rio Grande do  
2917 Sul que tem uma tradição de coerência e seriedade, ele deve prever uma série  
2918 de requisitos para que se faça esta autorização. No Seminário de Livramento,  
2919 nós alertamos ao governo do Rio Grande do Sul que há um, é, uma, um  
2920 esquecimento ou há uma desconexão entre o processo de elaboração do  
2921 zoneamento ecológico econômico e dois instrumentos muito importantes que  
2922 estão sendo desenvolvidos pelo MMA. O primeiro é a revisão do decreto das  
2923 áreas prioritárias pra conservação da biodiversidade, porque o decreto das  
2924 áreas prioritárias, que certamente vai apontar áreas prioritárias pra preservação  
2925 no caso do Pampa, ele já é força de lei e, portanto, aquilo que estiver apontado  
2926 no decreto não será objeto na atividade de florestamento. A segunda é a  
2927 atualização dos remanescentes de vegetação nativa, que está sendo feita, e  
2928 vai ter um *workshop* agora no mês que vem Rio Grande do Sul pra apresentar  
2929 isso. Em função dessa observação, nós, inclusive, registramos as empresas  
2930 que já compraram 50 mil hectares no Rio Grande do Sul que, eventualmente,  
2931 elas podem estar comprando áreas pra plantio em áreas que não vão poder em  
2932 função de que esses dois estudos condizionarão o zoneamento, porque eles

2933 estão no plano federal e têm força de lei. A consequência dessa observação  
2934 foi que o Secretário Cláudio Dilda oficiou o Ministério do Meio Ambiente pra  
2935 que assim que concluído esses dois estudos, envie isto ao governo do estado  
2936 do Rio Grande do Sul e convidou o Ministério e o IBAMA a acompanharem o  
2937 processo em discussão, que está sendo feito, uma vez que o licenciamento  
2938 aqui, evidentemente, é um licenciamento de competência estadual e nós  
2939 entendemos que em relação à tomada de decisão política do governo do Rio  
2940 Grande do Sul sobre este, como um vetor de desenvolvimento econômico e a  
2941 competência sobre o licenciamento, essas questões devem respeitar a  
2942 autonomia federativa, mas o Ministério do Meio Ambiente tem se colocado  
2943 muito disponível a contribuir com aquilo que ele tem de patrimônio acumulado  
2944 em relação a isso, seja um análise crítica das experiências já utilizada em  
2945 outras regiões do País, e um novo modelo que pra nós deveria ser pensado  
2946 numa outra dinâmica, seja esses dois estudos, que são fundamentais, não  
2947 haverá sentido de zoneamento sem a agregação desses dois estudos, ou seja,  
2948 mesmo em função de que nós somos a autoridade nacional, em termos de  
2949 política florestal, na interlocução com as próprias empresas, porque nós  
2950 sabemos que já há nessa discussão um tensão na nossa região em função do,  
2951 da polêmica entre Uruguai e Argentina, sobre a instalação das duas papeleiras,  
2952 aí tem elementos técnicos, tem elementos políticos, mas essa é uma situação  
2953 muito complicada, que, inclusive, está trazendo consequências à própria  
2954 conclusão da estratégia do bioma Pampa, uma vez que há uma decisão dos  
2955 três Ministros de que o projeto GEF do Pampa será um projeto tri-nacional, né,  
2956 e esta certa tensão entre o Uruguai e Argentina está colocado e,  
2957 eventualmente, fala-se que esta estratégia do Rio Grande do Sul poderia estar  
2958 associada à instalação de plantas de celulose no estado. Se isto estiver em  
2959 questão, deve ser posto à mesa agora, porque se não for posto à mesa, isto  
2960 pode trazer um novo ingrediente no contém shows do Mercosul, fazendo o  
2961 contém shows do trilateral.

2962  
2963  
2964

**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Conselheiro, se puder concluir.

2965 **O SR. CLÁUDIO LANGONI** – Por isto, eu vou concluir agregando essas  
2966 informações, nós estamos acompanhando com muita atenção isso, nós  
2967 achamos que a proposta de moratória ele é simplificadora em torno da  
2968 complexidade, uma vez que há em curso um processo de zoneamento e há  
2969 esse termo de ajustamento que, repito, nós não temos um juízo, mas nos  
2970 parece que não seria firmado se não houvesse um suporte legal e um  
2971 entendimento do Ministério Público de que se trata de um mecanismo  
2972 adequado e o que nos parece de que qualquer manifestação aqui devia ser no  
2973 sentido do aprofundamento da discussão e, sobretudo, da criação de canais de  
2974 discussão públicos, abertos, sobre o tema no âmbito local, respeitando a lógica  
2975 do SISNAMA e, principalmente, criando no Conselho Estadual de Meio  
2976 Ambiente do Rio Grande do Sul um espaço mais aprofundado de diálogo sobre  
2977 o tema. Portanto, ao informar esta posição do Ministério, nós consideramos  
2978 que o melhor encaminhamento seria o encaminhamento no sentido, não da  
2979 simplificação simples do contra ou a favor, embora a conselheira Edir tenha  
2980 esclarecido aqui que é uma medida de precaução, não é uma questão extrema,  
2981 mas que ele, que não estaria além da polêmica da moratória e que poderia

2982 significar aqui um compromisso, sobretudo dos atores locais que estão à frente  
2983 do coordenação do processo, de uma abertura maior pra discussão, que eu  
2984 acredito que uma abertura maior local pra discussão, permitiria diminuir  
2985 bastante a tensão que nós temos em relação a isso, e todos nós sabemos que  
2986 quando nós temos tensões muito fortes em relação a opções e  
2987 desenvolvimento, acaba se colocando um dificuldade pra um padrão mínimo de  
2988 consertação, que muitas vezes isso significa a inviabilização da política. E nós  
2989 podemos traçar caminhos que vão no sentido de um equilíbrio que permita  
2990 eventualmente o desenvolvimento dessas atividade num outro padrão, mas  
2991 que permita também reconhecer que a situação atual do Pampa, do bioma  
2992 Pampa, com as atividade econômicas que são tradicionalmente desenvolvidas  
2993 lá, também não é nenhuma situação agradável de sustentabilidade, e que isso  
2994 exigiria medidas muito fortes, principalmente em relação à consolidação de  
2995 novas áreas protegidas e à consolidação de corredores ecológicos pra  
2996 resguardara biodiversidade que é muito rica ainda naquela região.

2997  
2998 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Ok. Obrigado. Conselheiro... agora  
2999 não tô me lembrando nome... Danamassu, desculpe. Zidane?

3000  
3001 **O SR. JORGE DANAMASSU** – É, presidente, serei breve. Jorge (...)  
3002 Danamassu. Eu queria dar apenas um enriquecimento. Existem diversas  
3003 publicações no Brasil sobre pínus, a cultura de eucalipto no Brasil, é, existe  
3004 muitas crendices, né, de que suga o solo que, é, a coisa não é bem assim. Eu  
3005 acho que nesses 50 que estamos atravessando aqui de plantios e florestas  
3006 exóticas, e eu estive na região de Bagé na semana passada e pude constatar  
3007 um fato interessante, presidente, que justamente toa se usando árvores  
3008 exóticas de rápido crescimento, como a acácia negra, o pínus, o eucalipto,  
3009 entre outras, liquidâmbar etc, pra recuperar áreas que foram degradadas por  
3010 uso intensivo da rizicultura, do uso extensivo do gado, da não-rotação de  
3011 cultura, promovendo voçorocas de 800 a 1000 a 1500 metros, que se estima  
3012 que demorarão mais de 300 anos ou mais pra voltarem ao que eram. Eu acho  
3013 que esse é um, é um debate importante, mas eu acho que nem tanto pra  
3014 esquerda nem como tanto pra direita. Claro que as áreas de APP já dizem que  
3015 são Áreas de Preservação Permanente, né, topos de morro, beiras de rio,  
3016 banhados devem ser respeitados, ninguém discute isso aqui, não tem nem  
3017 dúvida. E quero citar aqui algumas empresas a própria Klabin e a Rigeza em  
3018 Santa Catarina que têm feito reflorestamento ao longo de mais de 50, 60 anos  
3019 usando os mosaicos. O que são os mosaicos? É, inclusive nos Estados  
3020 Unidos. É, aumentando áreas de borda dos plantios comerciais, das  
3021 monoculturas com as áreas, é, de preservação permanente. É, aliás,  
3022 presidente, isso aqui é de floresta exótica, pínus e eucalipto. Então, eu acho  
3023 que o que se quer realmente, esse zoneamento, como o Langoni falou, eu  
3024 acho que é importantíssimo ecológico-produtivo onde se vai realmente fazer o  
3025 diagnóstico onde pode ser plantado floresta, e quero dizer que realmente nós  
3026 temos que discutir isso com muito cuidado. A floresta, não acredito que vá  
3027 degradar uma área que já está alterada por outras, outros usos anteriores. Era  
3028 isso, brigado.

3029

3030 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Ok. Obrigado. Conselheiro Jorge.  
3031 Próximos é Valtemir. A mesa vai passar a observar três minutos por conta do  
3032 horário, perdão, Mário Guisi antes. Desculpe, Valtemir. Eu não tinha notado  
3033 aqui na. Em função de que nós temos uma previsão de seminário a iniciar às  
3034 17 horas, e a gente não vai poder fugir desse horário, portanto, vamos tentar  
3035 agilizar um pouco as manifestações, ok?  
3036

3037 **O SR. MÁRIO GUISI** – Só gostaria de destacar aqui alguns aspectos que  
3038 foram trazidos pela entidade que propôs a moção, no sentido de que, é, duma  
3039 preocupação que tem assolado muito a sociedade civil, que é a insegurança,  
3040 porque a expansão econômica ela se torna muito forte e, enfim, ela tem suas  
3041 razões, mas a sociedade não encontra o equilíbrio ou a segurança de saber o  
3042 que é que está sendo preservado. Isso já, já havia trazido aqui com relação  
3043 também às hidrelétricas, que é essa falta de planejamento que acontece no  
3044 Brasil, que acontece nas cidades, que acontece no litoral, enfim, que acaba por  
3045 deteriorar todo um contexto e depois nós temos que investir recursos enormes  
3046 pra poder trazer as coisas naquilo que é adequado. A proposta trazida ela não  
3047 é nada mais do que o cumprimento do que determina a lei de política agrícola,  
3048 quando no seu Artigo 3º, Inciso IV fala que dentre os objetivos da política  
3049 agrícola é proteger o meio ambiente, garantir o seu uso racional e estimular  
3050 recuperação dos recursos naturais, e mais adiante, melhorar a renda e a  
3051 qualidade de vida do meio rural. E, finalmente, aqui no Artigo 19 diz que o  
3052 Poder Público deverá realizar zoneamento agro-ecológicos que permitam  
3053 estabelecer critérios para o disciplinamento e o ordenamento da ocupação  
3054 espacial pelas diversas atividades produtivas, bem como para instalação de  
3055 novas usinas hidrelétricas. Portanto, esse pedido e essa solicitação feita na  
3056 presente moção nada mais é do que uma cautela necessária pra que se faça  
3057 cumprir o que determina a lei. Brigado.  
3058

3059 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Brigado, conselheiro. Valtemir.  
3060

3061 **O SR. VALTEMIR** – Boa tarde a todos, é, em nome do Conselho Estadual de  
3062 Meio Ambiente do Rio Grande do Sul e também pela minha representação aqui  
3063 em nome dos municípios, eu gostaria de apenas fazer umas pequenas  
3064 colocações porque o nosso conselho, Conselho Estadual de Meio Ambiente do  
3065 Rio Grande do Sul, numa sessão plenária no final do ano de 2005, solicitou a  
3066 presença da Secretaria de Estado que, teoricamente, está à frente desse  
3067 projeto. E, na época, uma série de questões que foram levantadas e não foram  
3068 respondidas. E para esclarecer ao plenário de que o assunto, em âmbito local,  
3069 ele não foi esquecido e que estamos tentando encontrar uma forma de discutir  
3070 o assunto, na última reunião do Conselho foi solicitado ao Estado que na  
3071 próxima reunião ordinária, que vai ser dia 20, efetuassem os respectivos  
3072 esclarecimentos e mais, é, houvesse um posicionamento em relação à  
3073 comissões que existem dentro do governo do estado e que estão tratando do  
3074 assunto. Também, gostaria de fazer um comentário em relação ao famoso  
3075 esse TAC, Termo de Ajustamento de Conduta, que foi assinado e que os  
3076 municípios, grande parte dos municípios envolvidos, entendem que eles  
3077 deveriam ter sido ouvidos e não o foram. E nós entendemos que isso  
3078 realmente foi algo que passou e o Secretário de Meio ambiente de Bagé,

3079 colega nosso de movimento municipalista, é, ele se manifestou, inclusive,  
3080 numa audiência pública solicitando o porquê da não solicitação da inserção dos  
3081 municípios no processo. E eu vou dar um dado pra vocês e nos últimos anos  
3082 no Rio Grande do Sul se plantaram, com dinheiro público, financiado, 21 mil  
3083 hectares de matas de eucalipto. E, segundo o estado, dados oficiais, o  
3084 tamanho da propriedade média financiada é 18 hectares. E se vocês  
3085 calcularem, isso dá, aproximadamente, mil propriedades, mais de mil  
3086 propriedades. E agora eu pergunto pra vocês qualé a secretaria de estado que  
3087 tem suporte administrativo para em 6, 8 meses efetuar o licenciamento com  
3088 vistoria, com audiência pública de mil licenciamentos, sabendo que as nossas  
3089 secretarias, na unidade que trata do agro-silvipastoril, normalmente, tem menos  
3090 de 10 servidores, pra atender todo o Rio Grande do Sul, caso do nosso estado  
3091 lá. Então, eu gostaria de tratar que o assunto tá sendo tratado no âmbito do  
3092 Conselho Estadual, não foi esquecido, mas é fundamental que isso tudo que a  
3093 gente fala aqui, que discute e leva pra tripartite, e diz que os municípios tem  
3094 que ser escutados, esse assunto só vai ter solução se os municípios forem  
3095 inseridos no processo. Se não, é, mais uma vez, nós vamos acabar fazendo  
3096 licenciamento e, em muitos casos, sem a respectiva vistoria. E nós, municípios,  
3097 não concordamos com isso. E nós gostaríamos, nós temos uma posição no Rio  
3098 Grande do Sul que os licenciamentos na área florestal até 50 hectares,  
3099 necessário e obrigatoriamente, se dê nos municípios e que os municípios  
3100 sejam movidos, e mais, aqueles municípios que tão terminando seus planos  
3101 diretores, tão inserindo uma série de restrições na área ambiental e, portanto,  
3102 eles têm que ser ouvidos. De uma forma geral, a Farmus terminando, seu  
3103 presidente, a Farmus tem orientado aos municípios que quando o órgão  
3104 ambiental solicita parecer dos municípios, que, num primeiro momento, não se  
3105 manifeste se concorda ou não com o licenciamento. Então, de uma forma  
3106 ampla, esta moratória já está se dando porque não se tem o zoneamento.  
3107 Então, então, tá sendo falado uma tal de autorização provisória, mas vem cá,  
3108 autoriza a provisória, planta e aí? Então, isso, realmente, é complicado. Eu  
3109 espero que na próxima reunião do Conselho Estadual a gente consiga achar  
3110 um rumo disso. Então, era essa a minha manifestação, senhor presidente.

3111  
3112 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Ok. Obrigado. Zuleica. Nós vamos  
3113 ouvir por último a Zuleica, não tem mais nenhum registro de inscrição e, em  
3114 seguida, votamos. Por último, então, a Edir.

3115  
3116 **A SR.<sup>a</sup> ZULEICA** – Zuleica. Eu, é que eu vi aqui que não existe comprovação  
3117 científica que se a água acaba, né? Eu li diversos textos e estudos dizendo que  
3118 realmente a água acaba. É rebaixado o lençol freático e córregos e nascentes  
3119 costumam desaparecer, dependendo da topologia do lugar. Além dos estudos  
3120 que eu tomei conhecimento, eu tenho, eu lembro de depoimentos na COP 8  
3121 durante a Convenção da Biodiversidade em Curitiba, nós tivemos encontro  
3122 paralelo, fora um brasileiro de ONGs, que trouxe representantes das  
3123 comunidades quilombola pra tratar da questão do deserto verde. Uma moça é  
3124 extremamente cativante, muito legal ela, ela representante de uma comunidade  
3125 quilombola, que praticamente desapareceu porque a empresa não conseguiu  
3126 tirar eles lá do lugar, como conseguiu fazer com várias outras comunidades  
3127 tradicionais do sul da Bahia. E como eles permaneceram com a cabeça erguida

3128 e não saíram do lugar, a empresa começou a plantar os eucaliptos até meio  
3129 metro da casa deles. eles ficaram cercados por uma muralha de eucaliptos na  
3130 escuridão, e naquela região, a água acabou. Eu lembro desse depoimento não  
3131 precisa ser um, não é científico, né, é um depoimento de vida, de uma família,  
3132 que eu acho que vale por 10 mil depoimentos científicos. E também vejo que  
3133 ninguém falou aqui dos perigos da contaminação biológica. O Paraná, ele tem  
3134 um ecossistema chamado “campos gerais”. Não é igual os campos sulinos,  
3135 esse ecossistema, ele, ele é ondulado, muito bonito, tem formações rochosas  
3136 de arenitos e capões, quando o solo é mais profundo, com mata nativa e  
3137 araucária. Os nossos campos gerais já foram chamados de um dos lugares  
3138 mais belos do mundo, pelo Saint’Hilaire, que é um historiador viajante que  
3139 passou pelo Brasil e quando chegou lá, ficou deslumbrado com a beleza dos  
3140 campos gerais. Hoje, tá todo contaminado com pinus, nós perdemos o  
3141 patrimônio mais importante que a gente tinha que era a paisagem, então, eu  
3142 lamento muito que algumas autoridades tenham vindo aqui se mostrar  
3143 contrárias a essa proposta de preocupação da conselheira Edir, pra que não  
3144 aconteça no Rio Grande do Sul o que, infelizmente, já aconteceu. Porque esse  
3145 passivo, quando eu digo contaminação biológica, eu não vejo por parte das  
3146 empresas que lucraram muito, durante muitos anos, nenhum programa de  
3147 descontaminação biológica mínimo, que seria o mínimo que poderia ser feito  
3148 pra recuperar uma parte da paisagem do povo paranaense.

3149

3150 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Ok. Obrigado. Edir.

3151

3152 **A SR<sup>a</sup> EDIR** – Ah, só pra registrar que nós, na verdade, não queremos  
3153 simplificar o processo, na verdade, o quê que a gente quer é, digamos assim,  
3154 nós não somos contra o projeto. O que a gente quer saber, que seja feito o  
3155 zoneamento pra saber aonde de fato pode ser plantado. Então, é usar o  
3156 principio da preocupação mesmo e usar, principalmente, a legislação, este  
3157 instrumento que é o EIA-RIMA, pra saber quais são os compromissos que as  
3158 empresas do setor florestal vão assumir, e é a gente saber todos, a dimensão  
3159 deste projeto, porque fazer da forma que eles estão propondo, em partes, a  
3160 gente perde todo o controle do todo, né. Então, por isso é importante saber a  
3161 complexidade, né, até onde vai se expandir, né, essas plantações. Seria isso.

3162

3163 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Ok. Obrigado. Bom, concluídas  
3164 inscrições, não temos mais registros de nenhum companheiro ou companheira  
3165 pra se manifestar, eu pergunto ao plenário se estamos todos esclarecidos  
3166 sobre a proposta de moção? As manifestações favoráveis, as manifestações  
3167 contrárias. Se ainda é necessário mais alguma observação, podemos votar?  
3168 Podemos? Proposta alternativa? Vamos ouvir rapidamente, então, conselheiro.  
3169 É, se a autora da moção concordar.

3170

3171 **SENHOR NÃO-IDENTIFICADO** - Ok, submeto à Edir a proposta alternativa é  
3172 que seria o seguinte, ó. Considerando que esse licenciamento e essas  
3173 autorizações eles vão se dar, necessariamente, em âmbito estadual, a  
3174 proposta que eu tenho é que esta moção seja remetida pelo CONAMA pro  
3175 Conselho Estadual de Meio Ambiente e seja votada lá.

3176

3177 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Conselheiro, parece que não há  
3178 acordo sobre o encaminhamento. É isso? Eu pergunto à autora da moção.  
3179

3180 **A SRª EDIR** – Procedimentos no estado do Rio Grande do Sul.  
3181

3182 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Ok. Vamos à votação. Proposta 1  
3183 pela aprovação da moção, proposta 2 pela rejeição da moção. Ok? Quem vota  
3184 pela, eu peço que os conselheiros que tão aí ao fundo no café, que possam,  
3185 por favor, se aproximar pra gente poder ter uma visualização. Conselheiros que  
3186 votam na proposta 1, favorável à moção, favor, levantar o crachá de votação.  
3187 Ok, pode abaixar. Conselheiros favoráveis à proposta 2, rejeição à moção,  
3188 favor, levantar o crachá. Pode abaixar. Abstenções? Nenhuma abstenção. Nós  
3189 vamos fazer novamente, pedir aqui pra Secretaria do CONAMA nos auxiliar  
3190 aqui na observação, nos pareceu já um resultado, mas pra confirmar, é, pra  
3191 confirmar convém repetirmos a votação. Ok? Quem vota na proposta 1,  
3192 favorável à moção, favor, levantar o crachá. E fica com ele erguido. Ok. Pode  
3193 abaixar. Conselheiros que votam na proposta 2, pela rejeição da moção, favor,  
3194 levantar o crachá. Ok, pode abaixar. Abstenções? Nenhuma. Então, foi  
3195 aprovada a proposta 2, rejeição à moção proposta. Vamos pra moção que tinha  
3196 sido proposto uma redação de acordo. Já temos a proposta em tela? Ok, a  
3197 moção, ela passa a ter um texto, é uma alteração apenas no segundo  
3198 parágrafo. Bom, na ementa não fala mais de sistema de integração de dados  
3199 municipais, agora são instrumentos de responsabilidade municipal para o  
3200 desenvolvimento sustentável. E, no segundo parágrafo, retira a expressão...  
3201 **(corte no áudio)** ... É uma alteração apenas no segundo parágrafo, bom na  
3202 ementa não fala mais de sistema de integração de dados municipais, agora são  
3203 instrumentos de responsabilidade municipal para o desenvolvimento  
3204 sustentável. E no segundo parágrafo retira a expressão estruturar um sistema  
3205 de integração e passa a ter a seguinte redação: aprovar a recomendação para  
3206 integrar a responsabilidade municipal para o desenvolvimento sustentável,  
3207 incorporando os dados e sistema de controle de cada estado nos seus  
3208 municípios articulada com o SINIMA. Bom, o restante anexo nós não vamos  
3209 apreciar, nesse caso, o anexo. Não é necessário. Vamos ficar com a moção.  
3210 Pode subir. Volta pro texto da moção. Esse texto foi acordado com o autor da  
3211 proposta, mas ainda sim a gente pergunta ao plenário se algum conselheiro  
3212 quer se manifestar contrariamente a esse texto negociado com o autor da  
3213 proposta. Não? Podemos votar, então, diretamente? Porque já foi bem  
3214 explicada a proposta de moção, acho que podemos ir a votação, correto?  
3215 Então, nós vamos votar como fizemos com a moção anterior, pra poder ter a  
3216 manifestação dos conselheiros presentes. A proposta 1 é pela aprovação da  
3217 moção e a proposta 2 é pela rejeição desta moção. Pergunto aos conselheiros  
3218 que votam na proposta 1 pela aprovação da moção, favor levantar o crachá.  
3219 Pela aprovação da moção, fiquem erguidos um pouco. Podem abaixar.  
3220 Conselheiros que votam na proposta 2 pela rejeição da moção, favor levantar o  
3221 crachá. Abstenções. Ok. Três abstenções, 4 abstenções. Então está aprovada  
3222 a moção. Passamos a moção seguinte. Nós já temos a ordem na pauta das  
3223 moções? Bom, nós vamos agora pra moção 5, a nova 5.9, não é isso? 5.9?  
3224 Que era a antiga 5.14. Essa proposta de moção ao Fundo Nacional de Meio  
3225 Ambiente, recomenda ao Fundo Nacional de Meio Ambiente a criação de uma

3226 linha de ação para apoiar o desenvolvimento da gestão ambiental municipal.  
3227 Ela teve um pedido de vista por parte da Confederação Nacional dos  
3228 Municípios, a quem eu concedo a palavra pra rápida manifestação. Dr.  
3229 Valtermir. Essa moção que tá em pauta agora tem pedido de vista da  
3230 Confederação Nacional do Municípios, autora parece que quer retirar a  
3231 proposta, representante do governo da Bahia.

3232

3233 **A SRª. LÚCIA CARDOSO** – Lúcia Cardoso, estado da Bahia. Essa proposta  
3234 de moção ela visa instituir uma linha específica no âmbito do Fundo Nacional  
3235 do Meio Ambiente, visando o fortalecimento das ações municipais. Teve o  
3236 pedido de vista da Confederação Nacional dos Municípios, como nós não  
3237 conhecemos o parecer desse pedido de vista nós, então, estamos propondo a  
3238 retirada de pauta. Eu queria chamar a atenção ainda, que essa moção ela foi  
3239 apresentada ao CONAMA em 10 de dezembro de 2003 e que a gente pudesse  
3240 trazer um pouco pra nossa própria reflexão a busca da objetividade nesse  
3241 CONAMA. Cês terem idéia, então, é uma matéria que tá há mais de dois anos,  
3242 que tem um objetivo bastante simples no seu teor. Então, eu queria  
3243 aproveitando, senhor presidente, trazer a nossa própria reflexão para que a  
3244 gente possa exercitar nesse CONAMA maior objetividade pra que nossa  
3245 participação seja garantida, isso é importante, mas com objetividade. Então, eu  
3246 sou conselheira do CONAMA ininterrupta aí desde 1989, venho acompanhado  
3247 durante esses todos, todo esse período, mas eu sinto que as vezes a gente  
3248 patina em muitos temas que requerem uma objetividade e requer até  
3249 velocidade. Mas a proposta, então, nesse momento é de retirada de pauta pra  
3250 que o estado da Bahia, autor da proposta, possa conhecer esse parecer do  
3251 pedido de vista e melhor discutir com a NAMA, a que também nos pediu.  
3252 Brigado.

3253

3254 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Conselheira, só um esclarecimento  
3255 aqui pra gente poder entender o encaminhamento dessa matéria. Essa moção  
3256 foi pedido vista e foi solicitada a Confederação Nacional dos Municípios, foi  
3257 solicitado, como é regimental, o prazo de 30 dias prorrogável por mais 45 pra  
3258 entrega do parecer. Esse prazo é solicitado justamente pra que o proponente e  
3259 os demais conselheiros tenham tempo de conhecer o parecer e com nisso se  
3260 manifestar em plenário, favoravelmente ou contrariamente a moção, no caso, e  
3261 também posicionar-se em relação ao parecer de quem solicitou vistas. Essa  
3262 matéria não foi, a gente não recebeu, não é isso?

3263

3264 **A SRª. LÚCIA CARDOSO** – O parecer. Exato.

3265

3266 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – O parecer. Nós tamos verificando  
3267 aqui no regimento que o artigo 16 que diz que é facultado qualquer conselheiro  
3268 requerer vista uma única vez, devidamente justificada, de maneira ainda não  
3269 votada, de matéria ainda não votada, ou solicitar a retirada de pauta de matéria  
3270 de sua autoria. Aqui é o seguinte. Pelo entendimento que aqui a gente tá tendo  
3271 do regimento, conselheira, a retira da matéria de pauta pela autora que não é  
3272 pra voltar mais, é pra retirar da pauta.

3273

3274 **A SR<sup>a</sup>. LÚCIA CARDOSO** – Não, nosso pedido seria retirar pra que possamos  
3275 conhecer o parecer do pedido de vista. Então, eu queria que fosse esclarecido  
3276 nesse caso, em tendo sido pedido vista e não ter sido apresentado em tempo,  
3277 o pedido de vista como fica? Então não tô pedindo pra retirar a matéria  
3278 definitivamente de pauta e, sim, uma vez pedido vista e não ter sido  
3279 apresentado esse parecer do pedido de vista, então, nós não sabemos, nós  
3280 não conhecemos, então seria nesse sentido.

3281

3282 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – No caso das moções que tem  
3283 ocorrido em plenário, tem já, não é a primeira vez que acontece de um pedido  
3284 de vista não vir acompanhado dentro do prazo regimental de um parecer, nós  
3285 temos discutido a matéria na plenária com o próprio, no caso, solicitante do  
3286 pedido de vista se manifesta em plenário sobre o que exatamente motivou o  
3287 pedido de vista, faça-se a discussão e vai a votação.

3288

3289 **A SR<sup>a</sup>. LÚCIA CARDOSO** – Bom, então eu gostaria de ouvir a Confederação  
3290 Nacional dos Municípios, o que motivou aí a pedir

3291

3292 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – É possível conselheiro Valtemir?  
3293 Como? (conversa longe do microfone) Não tem parecer. Bom, nesse caso não  
3294 temos alternativa. Nós vamos submeter ao plenário porque, enfim, é uma  
3295 decisão que não é contraditória com o regimento, mas escapa, é um caso  
3296 omissivo, vamos dizer assim. Nós vamos submeter ao plenário se há  
3297 concordância. Algum conselheiro é contrário a retirada da matéria de pauta  
3298 para voltar na próxima plenária ordinária? Algum conselheiro é contrário a essa  
3299 solicitação que foi feita? Podemos, então, considerar aprovada a retirada de  
3300 pauta dessa matéria pra retornar na próxima plenária, solicitando aí,  
3301 encarecidamente, que a CNM encaminhe o parecer no prazo regimental. Ok?  
3302 Então tá aprovada a retirada de pauta dessa matéria. (conversa longe do  
3303 microfone) Desculpa, conselheiro Valtemir, a rigor, assim, acompanhando o  
3304 regimento ao pé da letra a CNM não tem mais direito de apresentar parecer pra  
3305 esse pedido de vista, que o prazo já foi esgotado. Não tem prorrogação,  
3306 prorrogação é 30 dias mais 15, isso já foi superado, então faz a discussão do  
3307 mérito na próxima plenária. Ok? Então, tá resolvido. Vamos pra resolução que  
3308 agora tem o número 5.9 ou é 5.10. 5.10? Não? É 5.9? (conversa longe do  
3309 microfone) É a antiga 5.12 que passa ser agora 5.10. É a moção sobre  
3310 aproveitamento hidrelétrico do Rio Madeira, proposta pela Canindé, Luiz Carlos  
3311 Mareto, entidades ambientalistas da região norte. Foi motivo de pedido de vista  
3312 do Ministério de Minas e Energia, governo de Rondônia, SAMAM, APROMAC,  
3313 VIDÁGUA. Então, nós vamos, inicialmente, ouvir o parece daqueles que  
3314 pediram vistas e, em seguida, o autor da moção. Eu pergunto Ministério de  
3315 Minas e Energia tem parecer a respeito? Tem? Pode, por favor, apresentar.

3316

3317 **O SR. JOSÉ CARLOS** – José Carlos, Ministério de Minas e Energia. A defesa  
3318 da proposta de voto do plenário que eu farei aqui, eu vou dividir a palavra com  
3319 o Dr. Alcir, que é o gerente de meio ambiente lá de Furnas, responsável por  
3320 toda área ambiental do projeto do Rio Madeira. A minha parte que seria a parte  
3321 mais política do assunto é pra lembrar algumas coisas: primeiro, a extensa  
3322 defesa que nós fizemos, dez páginas que já está no site do CONAMA já há

3323 alguns meses, explicando em detalhes, eu me dei ao trabalho em fazer uma  
3324 apresentação pegando cada considerando e fazendo os devidos comentários.  
3325 Quer dizer, qualé a nossa visão dos comentários, eu destacaria alguns.  
3326 Primeiro, esse projeto ele é público e conhecimento, qualquer acusação como  
3327 aquelas explícitas e implícitas que estão nos considerando, de que há  
3328 interesses escusos envolvidos no projeto, eu refuto com toda veemência que  
3329 for possível fazer nesse ambiente, a partir do momento em que Furnas já  
3330 promoveu mais de 150 reuniões, ouviram bem? Cento e cinqüenta reuniões de  
3331 explicações sobre projetos, nelas, 26 reuniões com as comunidades que  
3332 podem vir a ser afetadas pelo projeto. Projeto esse que são de duas usinas e  
3333 que ele não extravasa a calha do rio na sua maior cheia, ou seja, já são áreas  
3334 que de uma certa forma já são inundadas em ano de grande precipitação,  
3335 então, é uma concepção completamente diferente das usinas até então  
3336 conhecidas. Eu quero lembrar que também que está no parecer de uma forma  
3337 bastante clara, nos nossos argumentos, que Furnas está seguindo  
3338 rigorosamente as leis do Brasil, se elas são o oposto ou não das ONGs isso é  
3339 um outro problema. Nós tamo seguindo a risca, nós tamo cumprindo tudo o que  
3340 o IBAMA nos pede, e nós tamo cumprindo a lei. Então, é isso o principal recado  
3341 que tá sendo feito e mais uma vez repito, até vocês se cansarem de esse é um  
3342 projeto que tá tendo ampla divulgação, 150 reuniões prum projeto que nem  
3343 começou ainda, não é pouco. Sendo que só pra a avaliação ambiental foram  
3344 feitas nove reuniões públicas de esclarecimento sobre o projeto, quem não quis  
3345 ir ou quem não compareceu ou porque não quis ou porque fez questão de só  
3346 criticar e não contribuir pra melhoria de um projeto que interessa ao país. Cito  
3347 algo que pra nós também é muito importante, que a ONGs propuseram a  
3348 utilização do gás de urucu sem ter noção do que é o gás de urucu, gás de  
3349 urucu mal atende Manaus e Porto Velho nas suas próprias necessidades, não  
3350 dá pra pensar com as reservas conhecidas e inferidas de gás natural de urucu  
3351 que é possível gerar o equivalente a uma usina hidrelétrica, 6 mil e 500  
3352 megawatts, transferindo gás pra qualquer outro país. Isso é sonho, nem Noite  
3353 de Verão, nem sei o quê que é. É totalmente impensável fazer qualquer  
3354 comparação. Então, o gás de urucu serve único e exclusivamente para  
3355 sustentação de energia firme local, porque num sistema hidrelétrico, de base  
3356 hidrelétrica, como é o brasileiro, totalmente interligado você tem que ter alguma  
3357 base térmica local pra garantir estabilidade do sistema. Então, o gás de urucu  
3358 vai servir pra isso, mas não servirá pra substituir os 6 mil e 400 megawatts  
3359 possíveis de obter nos dois investimentos previstos no Rio Madeira. E, antes  
3360 de passar a palavras pro Dr. Alcir, eu chamaria atenção de um outro detalhe  
3361 que isso aí, eu sou representante no Ministério de Minas e Energia do  
3362 relacionamento, nos contratos que nós temos lá com Banco Mundial e eu  
3363 acompanho muito bem o que tá sendo feito. Alguns folhetos, algumas  
3364 publicações que foram feitas alegando posicionamentos do Banco Mundial, há  
3365 umas duas, três reuniões plenárias do CONAMA atrás, foi distribuído um  
3366 panfleto, casualmente coordenado por um ex-professor meu de pós-graduação,  
3367 Dr. Sevá, aqueles documentos foram baseados num outro momento do Banco  
3368 Mundial literalmente do século passado, não é esse, hoje, o posicionamento do  
3369 Banco Mundial que está conosco no desenvolvimento do projeto, pensando  
3370 como é que pode ser feito, como é que pode ser o melhor aproveitamento  
3371 desse rio. E, por último e aí algo pessoal meu, nas minhas negociações que eu

3372 faço pelo mundo afora, isso está na minha, nos meus argumentos, não posso  
3373 deixar de notar algo que me surpreendeu profundamente, o Brasil é um país  
3374 que é notável e conhecido em qualquer lugar do mundo que eu tenha ido, o  
3375 Brasil tem sido chamado a contribuir por conta da experiência em hidrelétrica,  
3376 por conta da experiência em bio-combustíveis, ou seja, a base de energia  
3377 renovável do país é notável, não tem quem possa negar isso, mas, no entanto,  
3378 nós temos pelo menos dez entidades ambientalistas propondo que oh: “Não  
3379 devemos usar energia renovável, vamos consumir energia fóssil”. Aviso que...

3380

3381 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Ok, conselheiro.

3382

3383 **O SR. JOSÉ CARLOS** – Eu gostaria que o Alcir apresentasse as razões  
3384 técnicas do assunto pra, porque é um assunto, é um projeto importante, 20  
3385 bilhões de dólares, e é algo que em três minutos é complicado fazer a defesa,  
3386 inclusive...

3387

3388 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Mais breve possível.

3389

3390 **O SR. JOSÉ CARLOS** – Então, até como uma alternativa que eu dou, como  
3391 sempre o Ministério de Minas e Energia sempre procurando esclarecer, mostrar  
3392 tudo que é feito, eu me proponho numa próxima reunião do CONAMA  
3393 apresentar o seu projeto *in totum* se assim o plenário desejar, mas o Dr. Alcir  
3394 poderia complementar mais alguns assuntos técnicos relacionados com o  
3395 projeto. Brigado.

3396

3397 **O SR. ALCIR GONÇALVES** – Boa tarde a todos. Meu nome é Alcir Gonçalves,  
3398 eu trabalho em Furnas Centrais Elétricas, no departamento de engenharia  
3399 ambiental e me compete nesse projeto participar, coordenar o andamento dos  
3400 estudos desses dois empreendimentos de Giral e Santo Antonio lá no Rio  
3401 Madeira. Bom, inicialmente o andamento do processo de verificação da  
3402 viabilidade desse empreendimento, ele tá perfeitamente, Dr. José Carlos  
3403 adiantou, ele tá perfeitamente enquadrado no que determina a legislação  
3404 brasileira, tá? Então, o projeto tá atendendo exatamente o processo de  
3405 verificação da viabilidade ou não de um determinado empreendimento.  
3406 Inicialmente ele foi submetido... Não entendi. (conversa longe do microfone).

3407

3408 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Conselheiro, nós temos que garantir,  
3409 assegurar a palavra dele, o senhor pode se inscrever, pode se inscrever pra se  
3410 manifestar.

3411

3412 **O SR. ALCIR GONÇALVES** – Olha, eu elenquei alguns pontos que pudessem  
3413 ajudar a compreensão, agora, não é cara de pau, eu tô fazendo uma  
3414 apresentação de algumas informações e eu gostaria até de poder tratar o  
3415 assunto com tranquilidade, com naturalidade.

3416

3417 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Conselheiro, pode prosseguir,  
3418 entendeu?

3419

3420 **O SR. JOSÉ CARLOS** – Muito bem. Inicialmente havia uma dúvida por parte  
3421 do consórcio empreendedor de qual era a competência do licenciamento desse  
3422 empreendimento. Fizemos uma consulta, fomos ao IBAMA, fomos ao Ministério  
3423 do Meio Ambiente e nos foi, então, passado formalmente que a  
3424 obrigatoriedade, a responsabilidade do licenciamento era do Federal. Por que  
3425 essa consulta? Porque o empreendimento ele tá pelas dimensões que ele tem,  
3426 em termos de reservatório, em termos de área diretamente atingida, ele tá  
3427 totalmente inserido dentro do território do município de Porto Velho. Daí, por  
3428 conta da Resolução 237, daria interpretação de que a competência do  
3429 licenciamento poderia ser do Estado, possivelmente. Mas dada a grandeza,  
3430 dada a dimensão desse empreendimento, essa consulta foi feita e ao IBAMA,  
3431 então, que tá orientando todo esse processo. Para que esse estudo fosse  
3432 realizado, como ele vem sendo realizado, ele foi, então, o IBAMA nos norteou  
3433 por meio de um termo de referência. Esse termo de referência ele foi  
3434 submetido em reunião pública, promovida pelo próprio IBAMA, ele foi  
3435 disponibilizado, essa minuta desse termo de referência, ela foi debatida com a  
3436 sociedade local, principalmente, e esse termo de referência recebeu os imputes  
3437 e as orientações dessa, da plenária que ocorreu e aí, então, ele foi  
3438 disponibilizado formalmente. E os estudos estão aí dentro dessa linha que o  
3439 IBAMA coloca e dentro desses estudos, pra realização desses estudo, eu  
3440 tenho que destacar isso, foram colocadas pessoas da mais alta competência e  
3441 conhecimento da região amazônica, participaram dos estudos o INPA, o que eu  
3442 quero dizer com isso? Que não é um estudo comum, tá? Ele tem uma  
3443 densidade muito grande, o INPA, o Instituto Nacional de Pesquisa da  
3444 Amazônia, o Museu Paraense Emílio Goeldi, a Universidade Federal de  
3445 Rondônia e algumas outras instituições, CPRM, que com seus especialistas  
3446 fizeram um enorme e exaustivo levantamento de informações pra que pudesse  
3447 ser avaliada essa relação causa/efeito, empreendimento naquele contexto  
3448 onde tão inseridos lá na região do Rio Madeira. Como áreas de estudo que a  
3449 própria moção coloca que tem que se estudar bacia do Rio Madeira como um  
3450 todo, o IBAMA nos orientou com relação a essa extensão territorial de estudos.  
3451 Ela vem e aí o estudo incorpora uma leitura do significado desses  
3452 empreendimentos num contexto regional, num contexto, inclusive, com efeitos,  
3453 aí, internacionais que foi a avaliação ambiental estratégica, que foi inserida  
3454 nessa leitura, nessa verificação de viabilidade desse empreendimento.

3455  
3456 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – José Carlos, por favor, nós vamos ter  
3457 que concluir.

3458  
3459 **O SR. JOSÉ CARLOS** – Eu vou concluir, então, porque em termos de áreas de  
3460 estudo pra dar essa noção do que é as parcialidades que esse  
3461 empreendimento é estudado, uma área de abrangência, uma área de avaliação  
3462 estratégica que ela passa dos limites brasileiros e verifica esses efeitos desse  
3463 empreendimento nesse contexto, uma área de abrangência nacional também  
3464 definida pelo IBAMA e as áreas específicas de influência direta e indireta.  
3465 Então, ele tem uma abrangência de estudo bastante densa, por exemplo... E  
3466 foi feito e vem sendo feito uma participação, um debate com a sociedade,  
3467 também, significativamente denso. Em termo de levantamentos de campos, pra  
3468 você ter uma idéia, foram 156 campanhas, isso não é pouco, isso não é pouco,

3469 isso gera conhecimento, isso gera referência pra se fazer essa avaliação, pra  
3470 se fazer essa verificação. Recentemente terminamos o primeiro ciclo de uma  
3471 consulta pras populações diretamente afetada.

3472

3473 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Olha, nós vamos ter que. Eu tô  
3474 preocupado aqui com o seguinte, não é só com o tempo de exposição do  
3475 senhor não, é com o tempo de debate dessa matéria, porque o seminário tá  
3476 marcado pra iniciar as 17horas, são 10 para as 5, 10 para as 17 e pelo que eu  
3477 tô vendo essa matéria pelo número já de pessoas, eu peço já que o senhor  
3478 conclua, mais breve possível, porque agora nem vai adiantar a gente arrolar  
3479 muita...

3480

3481 **O SR. JOSÉ CARLOS** – O tema também me motiva bastante e tem muita  
3482 informação pra se trabalhar, mas eu concluo o seguinte, o processo tá  
3483 extremamente transparente, ele é extremamente denso de informações pra ser  
3484 verificada essa relação de viabilidade do projeto, ele segue as orientações do  
3485 órgão que tem essa responsabilidade no licenciamento e ele é totalmente  
3486 transparente. Tivemos recentemente uma reunião, uma bateria de reuniões  
3487 com as comunidades diretamente atingidas, buscando essa, não só levar essa  
3488 informação do empreendimento, mas ouvir também essas comunidades.  
3489 Obrigado.

3490

3491 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Ok. Obrigado. Nós temos aqui o  
3492 registro de outros pedidos de vistas do governo de Rondônia, SAMAM,  
3493 APROMAC, VIDÁGUA. A mesa tá querendo propor o seguinte, nós só  
3494 recebemos parecer pra pedido de vista do Ministério de Minas e Energia...  
3495 (conversa longe do microfone) Não? Ah, todos mandaram? Mas você acabou  
3496 de me dizer... (conversa longe do microfone) Ah, desculpe, só apresentou na  
3497 plenária, tá entendi. Tá certo. Então, nós temos que ouvir os outros  
3498 pareceristas, também, governo do estado de Rondônia. Eu tinha entendido  
3499 erradamente. (conversa longe do microfone) São quatro pedidos: MME,  
3500 governo de Rondônia, SAMAM, APROMAC e VIDÁGUA. (conversa longe do  
3501 microfone) Cê tá inscrita na hora do debate e pra falar como... (conversa longe  
3502 do microfone) Ah bom, a ordem que eu tenho aqui é MME, governo de  
3503 Rondônia, SAMAM, APROMAC e VIDÁGUA. (conversa longe do microfone)  
3504 Ok, ok. Se o governo de Rondônia não se opõe a SAMAM também não, pode  
3505 falar primeiro, então, APROMAC.

3506

3507 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA** – Zuleica, APROMAC. O nosso relatório e pedido de vista pra  
3508 esse assunto do Rio Madeira foi feito com o apoio da equipe do GT Energia,  
3509 Grupo de Trabalho do Fórum Brasileiro de ONGs. Eu gostaria de ler algumas  
3510 partes dele, porque ele, não sei se todos compreenderam, ele diz o seguinte:  
3511 que o termo de referência que foi feito, em maio de 2004, pela elaboração do  
3512 EARIMA, ele foi finalizado antes do término dos estudos de viabilidade técnica.  
3513 Esse estudo baliza, com especificações técnicas, os empreendimentos, por  
3514 conseqüência, por não ter sido feito antes, a gente aponta uma incongruência  
3515 entre o EARIMA e os estudos de viabilidade. A legislação que não está, tem  
3516 uma legislação que não tá contemplada no termo de referência, como a Lei  
3517 10.257, de julho de 2001, que trata das diretrizes da política urbana, que é uma

3518 legislação necessária, pois a primeira barragem está muito próxima da cidade  
3519 de Porto Velho, pouco mais de três quilômetros, atingindo diretamente as  
3520 comunidades Amontante, Teotônio, Santo Antonio, Jatuarana, Morrinho e  
3521 comunidades Ajusante, São Carlos, Santa Catarina, Nazaré, Calama,  
3522 Demarcação e os distritos de Jaciparaná, Mutumparaná, Abunam, Fortaleza de  
3523 Abunam, Visto Alegre de Aboinã e Ponta do Abunam. Os estudos não estão  
3524 obedecendo do EARIMA, a legislação ambiental no que se refere à  
3525 abrangência dos estudos pra bacia. Resolução do CONAMA 01, 001/86 Artigo  
3526 5º Inciso III, exige que os estudos sejam realizados em toda a bacia no qual o  
3527 projeto tá inserido, correspondendo a centi, a um milhão e quatrocentos mil  
3528 quilômetros quadrados e os estados de Rondônia, Acre, Amazonas, inclusive a  
3529 Bolívia, que é um país vizinho. Nos estudos o EARIMA são necessários  
3530 complementações pros seguintes temas, fauna, flora, impacto de mercúrio,  
3531 ajusante no lençol freático, vou voltar a falar do mercúrio, porque a gente tá no  
3532 programa nacional no mercúrio, e no lençol freático, dimensão dos lagos,  
3533 impacto da barragem e rio binacional. A Instrução Normativa 65 de 2005, do  
3534 Ibama, Artigo 16 Parágrafo 1º, condiciona a emissão da licença prévia de  
3535 empreendimentos ao atendimento também da legislação municipal pra uso e  
3536 ocupação do solo. Isso deve obedecer ao estatuto de São Paulo, estatuto de  
3537 São Paulo Lei 2.250, não é estatuto de São Paulo, desculpa, é Lei 2.257 de 10  
3538 de julho de 2001, tá errado aqui. Na seção 12 Artigo 36 e Artigo 37 está  
3539 especificado a necessidade de elaboração do estudo de impacto e vizinhança.  
3540 Os estudos omitem em outras hidrelétricas já anunciadas em fóruns  
3541 internacionais. As usinas Guajará-Mirim, três mil megawatts, binacional Brasil-  
3542 Bolívia, Cachoela Esperanza, Bolívia, já foram anunciadas como prioridades  
3543 dentro do eixo Brasil-Bolívia-Peru, da iniciativa pra integração da infra-estrutura  
3544 regional sul-americana. Junto com Santo Antonio e Giral são necessários  
3545 inundar uma série de cachoeiras, permitindo o transporte de barças na  
3546 hidrovía de quatro mil e duzentos metros, quilômetros, entre os rios Amazonas  
3547 e o Rio Madeira, Mamoré, Madre de Dios, Ortom e Benir. O conjunto constitui  
3548 um só projeto de energia e transporte e seus impactos interativos e cumulativos  
3549 devem ser analisados. Bom, eu vou pular um pouco, porque tá um pouco  
3550 extenso. Eu gostaria de falar do que os estudos devem analisar os impactos da  
3551 biodiversidade de peixes no nível da bacia, espécies de bagre migram quatro  
3552 mil e 500 quilômetros cada ano do estuário do Rio Amazonas até Bolívia e  
3553 Peru. E o fechamento das barragens deverá ter um impacto grave e irreversível  
3554 na cadeia de biodiversidade da região, com conseqüências socioeconômicas  
3555 pras populações regionais. O Rio Madeira é responsável por 20% da captura  
3556 de peixes na Amazônia e o rio possui em volta de 750 espécies. Um foco de  
3557 biodiversidade aquática de nível mundial. Há milhares de famílias de  
3558 pescadores e comerciantes de peixes no Rio Madeira e seus tributários que  
3559 dependem da biodiversidade aquática pra sua sobrevivência. Os impactos nas  
3560 espécies de peixes mais valorizados devem afetar a economia em toda a  
3561 região. O estudo deve analisar também como impactos diretos as  
3562 conseqüências da usinas, quais os impactos diretos das conseqüências das  
3563 usinas pra populações ajusantes delas. O bloqueio de sedimentos rico em  
3564 nutrientes deve causar impacto na maneira de vida dos agricultores na várzea  
3565 do Rio Madeira que dependem das enchentes anuais pra sua produtividade.  
3566 Os estudos devem ser aprofundados com respeito a influência de

3567 sedimentação na área inundada pelas usinas. O EIA diz que a área de  
3568 inundação das duas usinas é de 529 quilômetros quadrados, mas os estudos  
3569 em viabilidade descrevem que essa área será de 700 quilômetros quadrados.  
3570 Há mais dúvidas causadas pelo fato dos estudos de sedimentação não serem  
3571 utilizados para estimar o incremento da área de inundação durante os anos de  
3572 operação da usina, se forem construídos. Pra finalizar, estudos independentes  
3573 comprovam que a usina deve inundar território boliviano no departamento de  
3574 Pando. O terreno do lado boliviano é muito plano e o barranco do Rio Madeira  
3575 é baixo, então é provável, segundo estudos independentes, que o reservatório  
3576 da usina giral que provavelmente deve encher com os segmentos, vai inundar  
3577 áreas expressivas das florestas em Pando, inclusive áreas recentemente  
3578 designadas como área de proteção ambiental. As implicações da destruição de  
3579 florestas primárias no país vizinho são sérias e no mínimo requereriam  
3580 negociação por tratados internacionais antes de contemplar a construção da  
3581 usina. E, por fim, alternativas energéticas devem ser adequadamente  
3582 estudadas antes da execução de obras de impacto do tamanho do complexo  
3583 do Rio Madeira. A dependência das grandes hidrelétricas na região amazônica,  
3584 base do planejamento energético brasileiro nos anos de 2015 a 30, coloca o  
3585 país no caminho da devastação do bioma amazônico e numa posição de  
3586 extrema insegurança energética devido aos impasses ambientais, sociais e  
3587 culturais relacionados com mega projetos que estão sendo contemplados.  
3588 Brigado.

3589

3590 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ – Brigado. Governo de Rondônia.**

3591

3592 **NÃO IDENTIFICADO** – Senhor presidente, diretor do CONAMA, Dr. Nilo,  
3593 também, nobres conselheiros e conselheiras. Eu gostaria nesse momento  
3594 tratar desse assunto das usinas do Rio Madeira, dizer pra vocês que é muito  
3595 mais importante do que muitos aqui imaginam. Nós temos um potencial ali no  
3596 Rio Madeira que eu tenho certeza que o Brasil, não é Rondônia, não pode se  
3597 dar o luxo de não aproveitar o potencial que tem ali. Segundo estudos,  
3598 informações de empresas que estão fazendo os levantamentos, não se tem no  
3599 Brasil nenhuma hidroelétrica que tem tão pequeno impacto ambiental e tão  
3600 grande custo/benefício. E tem poucas no mundo, nas condições que são essas  
3601 duas do Rio Madeira. O Brasil precisando de energia, temos todas as  
3602 condições para que isso venha ser realizado, será que podemos nos dar ao  
3603 luxo de deixar que isso não venha a ser concretizado por motivo, por um  
3604 problema ou por outro que todos eles têm solução. Eu tenho certeza que tem,  
3605 porque existe vontade política e existe vontade do povo que quer essas usinas  
3606 venham a ser construídas no nosso estado. E, então, eu gostaria de pedir a  
3607 todos os conselheiros nesse momento, que vamos votar contra essa moção  
3608 respeitando opinião de cada conselheiro, de cada conselheira, de cada  
3609 entidade que aqui se manifestou. Mas eu tenho certeza meus amigos, eu não  
3610 estou pedindo para o estado de Rondônia, mas é um bem que será feito, que  
3611 será construído para o Brasil, não é para Rondônia apenas. Então, eu gostaria  
3612 de contar com o apoio de todos vocês, de cada conselheiro do CONAMA para  
3613 que votemos contra essa moção em favor das usinas do Rio Madeira.  
3614 Obrigado.

3615

3616 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ – Ok. VIDÁGUA.**

3617

3618 **O SR. Rodrigo Agostinho –** Rodrigo Agostinho, Instituto Ambiental VIDÁGUA,  
3619 região sudeste. Primeiramente eu queria deixar bem claro que a moção não é  
3620 contrária a nenhuma usina hidrelétrica, a moção pede apenas que os estudos  
3621 sejam ampliados, que o processo de licenciamento até agora, que seja  
3622 suspenso até que esses estudos sejam ampliados pra toda a bacia do Rio  
3623 Madeira, até porque nós não temos claro quais são as conseqüências, quais  
3624 são os impactos ambientais e sociais desse empreendimento. Nós tamos  
3625 assistindo a cada leilão de usina hidrelétrica, Amazônia, enfim, a cada  
3626 momento a Amazônia sendo ameaçada por empreendimentos hidroelétricos.  
3627 Com estudos, normalmente, feitos as pressas pra que esses empreendimentos  
3628 possam entrar nos leilões sem que haja uma discussão com a sociedade, sem  
3629 que, enfim, os impactos ambientais sejam amplamente estudados. É  
3630 exatamente isso que a moção pede, ampliação dos estudos ambientais,  
3631 ampliação do termo de referência desse estudo de impacto ambiental pra toda  
3632 a unidade do Rio Madeira. Ninguém aqui tá colocando de maneira objetiva,  
3633 enfim, pedindo o cancelamento do empreendimento, o que nós queremos é a  
3634 ampliação desses estudos. É um pedido legítimo, é um pedido que tem um  
3635 embasamento legal e eu tenho certeza que é um pedido viável, é  
3636 extremamente possível e viável que nós possamos ter a ampliação desses  
3637 estudos pra que a bacia do Rio Madeira possa ser estudada, pra que os  
3638 impactos possíveis de serem mitigados sejam mitigados, que os impactos  
3639 possíveis de serem reduzidos sejam reduzidos. Exatamente isso que a moção  
3640 pede, eu não entendo porque tanta celeuma, tanto problema, o que nós  
3641 queremos é a ampliação dos estudos e que se esses estudos realmente  
3642 apontarem a viabilidade desse empreendimento aí, infelizmente, nós não  
3643 temos mais nada a ser opor, agora o que nós queremos é a ampliação dos  
3644 estudos. Só isso.

3645

3646 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ – OK. SAMAM.**

3647

3648 **O SR. FRANCISCO SOARES –** Francisco Soares, SAMAM, Alagoas.  
3649 Senhores ou representantes do governo de Rondônia, Ministério de Minas e  
3650 Energia, o próprio Ibama que é responsável pelo termo de referência. Não  
3651 adianta para o governo de Rondônia, para o Ministério de Minas executar uma  
3652 obra que não atende todas as especificações da lei, não atende,  
3653 principalmente, a Lei 9.433/97 não atende o Artigo 5º, da Resolução do  
3654 CONAMA é 001/1986, porque não adianta iniciar uma obra que não atenda a  
3655 todas as exigências legais pra depois ser embargada e ficar como aconteceu  
3656 com o licenciamento do Rio São Francisco, da transposição do Rio São  
3657 Francisco. Então, ao governo de Rondônia, ao Ministério de Minas e Energia,  
3658 vale à pena atender tudo o que é necessário pela Lei, não adianta fazer o  
3659 estudo restrito apenas da área do empreendimento, ele tem obedecer à lei que  
3660 trata sobre a bacia hidrográfica, tem que estender para toda bacia, onde há  
3661 impacto nessa bacia para que a obra não seja contestada amanhã, seja  
3662 embargada judicialmente por não atender toda a legislação pertinente ao  
3663 licenciamento ambiental. Então, cabe aí se observar um dos pontos mais  
3664 importantes que não foi cumprido, é exatamente o que determina os estudos

3665 das alternativas tecnológicas de localização, só o Artigo 5º é suficiente de  
3666 colocar o empreendimento fora da lei. É preciso que a Resolução 01 do  
3667 CONAMA/86 aprecie dos estudos alternativos, que apresente todas as  
3668 alternativas tecnológicas de produção de energia elétrica para a região, e mais  
3669 acima de tudo não adianta somente atender o trecho pertinente aonde a obra  
3670 vai ter um impacto mais direto sem ver que a bacia hidrográfica não tá sendo  
3671 respeitada. Basta dizer que o Rio Madeira não é só um rio brasileiro, é um rio  
3672 internacional. Então, seria muito mais completo se fosse haver gerências  
3673 internacionais dentro desse empreendimento. Então, vale ao governo de  
3674 Rondônia, vale ao Ministério de Minas não deixar que esses estudos fique só  
3675 restrito a um entorno de uma área de 300 quilômetros, porque só a bacia em  
3676 fim abrange uma área de quatro mil e 225 quilômetros. Então, eu acho que o  
3677 que as ONGs e aqui os empreendedores estão querendo é que o impedimento  
3678 seja feito com toda a segurança e o respeito da legislação do Brasil e das  
3679 resoluções do CONAMA. Não vale a pena o Ministério de Minas fazer isso sem  
3680 respeitar o direito das populações tradicionais, aqueles que vão ser afetados  
3681 diretamente com empreendimento sem observar que essa obra, fazendo dessa  
3682 maneira não é o que nós estamos querendo, nós estamos querendo que ela  
3683 seja feita com segurança, estendendo os estudos pra toda a bacia hidrográfica  
3684 conforme trata a lei de recursos hídricos e trata as resoluções do CONAMA. É  
3685 isso que nós queremos.

3686  
3687 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Ok Conselheiro. Muito obrigado.

3688  
3689 **O SR. FRANCISCO SOARES** – O Ibama tem que pedir também que esse  
3690 termo de referência não fique restrito só a área, que esse termo tem que  
3691 abranger toda a área de bacia.

3692  
3693 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Ok. Obrigado. Nós vamos ouvir a  
3694 autora da moção, que é a Ivaneide da Canindé. Em seguida nós vamos ver o  
3695 encaminhamento, tá? Porque nós temos com um problema aqui, vocês já tão  
3696 observando que o público para o seminário já está se acomodando no  
3697 auditório, nós já passamos do horário do início do seminário, certo? E pra não  
3698 interromper essa votação da moção no meio, nós vamos ouvir a autora e  
3699 depois definimos o encaminhamento.

3700  
3701 **A SRª. IVANEIDE BANDEIRA CARDOSO** – Bom, eu vou começar dizendo  
3702 que eu sou de Rondônia. Então, não sou ninguém de fora, portanto eu sou de  
3703 lá, e repetir um pouco do que já foi dito pelos meus outros antecessores. Que,  
3704 em nenhum momento, a gente tá dizendo aqui que a gente não quer energia, a  
3705 gente não disse isso. E também dizer que isso não é uma proposta das ONGs,  
3706 como foi dito, isso é uma proposta que vem do seio da nossa população.  
3707 Quando a gente trouxe para o CONAMA, nós trouxemos uma reivindicação da  
3708 população e isso é tão certo que é da população que hoje iniciou uma marcha  
3709 saindo da região do Jaciparaná e aí não é uma marcha feita por ONGs, não  
3710 são as ONGs que estão fazendo isso, são o pessoal que vão ser atingidos, tão  
3711 fazendo uma marcha em direção a Porto Velho e aí não é ninguém dizendo  
3712 que a gente não quer energia, a gente quer energia sim pro país. A gente não  
3713 disse isso, a gente quer que amplie os estudos, queremos que amplie o estudo.

3714 Tanto falamos aqui como conselheira pelo princípio da precaução, não é isso  
3715 que a gente fala, que a gente defende? E até porque os impactos na Amazônia  
3716 se reflete muito aqui no resto do país inteiro. E quanto à questão das reuniões  
3717 que o companheiro aqui de Furnas colocou, é verdade, as reuniões  
3718 aconteceram sim, agora, tanto é que elas não atingiram o nível desejado, não  
3719 tem a compreensão de todo o processo numa linguagem clara que atinja, que a  
3720 marcha está acontecendo, que estão acontecendo inúmeros protestos em todo  
3721 o estado, então precisa ser revisto. Essa moção é dirigida ao Ibama, não é  
3722 dirigida ao MME, essa moção é dirigida ao Ibama. Quando foi discutido o termo  
3723 de referência e aí eu posso falar porque eu estava nessa reunião da discussão,  
3724 várias coisas que nós colocamos no termo de referência, na nossa proposta  
3725 enquanto sociedade que deveria, inclusive, que o estudo deveria ser ampliado,  
3726 não aconteceram. Então, quando a gente fala de participação, e isso é uma  
3727 coisa que o movimento social vem discutindo muito, é que você geralmente faz  
3728 audiências, consultas onde tu coloca as pessoas sentadinhas, bonitinhas para  
3729 referendar coisas que elas não sabem que estão realmente referendando, e aí  
3730 a gente vem com o discurso que teve participação e aí a gente pega as nossas  
3731 imensas listas de presença e diz “tá aqui oh, teve participação”. Eu não tô  
3732 falando da lista de presença de vocês, eu tô falando é da participação em geral  
3733 que geralmente se faz isso, se referencia dizendo da participação dessa forma.  
3734 Quanto à questão do potencial do Rio Madeira fica um questionamento, por  
3735 exemplo, porque a gente não faz a hidrelétrica em Teotônio? Já que é  
3736 comprovado que o poder de Teotônio é maior do que Giral e Santo Antonio?  
3737 Qual seria o motivo? Será que se faz em Giral e Santo Antonio porque a gente  
3738 quer viabilizar a hidrovía, a gente quer viabilizar a soja, a gente quer viabilizar o  
3739 desmatamento? Nessa região...

3740  
3741 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Conselheira Neide, se puder acelerar  
3742 um pouco.

3743  
3744 **A SR<sup>a</sup>. IVANEIDE BANDEIRA CARDOSO** – Tá eu vou ser mais rápida.  
3745 Quando o doutor falou sobre o zoneamento, parte daquela área é parte do  
3746 corredor ecológico, é onde nós temos duas estações ecológicas, numa delas  
3747 tendo uma espécie de macaco que só dá naquela, só é daquela região ali,  
3748 temos cinco terras indígenas, isso dentro do nosso território nacional, não tô  
3749 falando do território boliviano que vai ser atingido. Temos RESEX, temos toda  
3750 aquela faixa de corredor ecológico, então, o que nós tamo pedindo aqui e eu  
3751 peço encarecidamente aos conselheiros que aprove a moção, nós não tamo  
3752 pedindo nada além que se amplie os estudos, que o Ibama reveja seu termo de  
3753 referência, em nenhum momento tamo dizendo que não estamos aqui  
3754 propondo votar sim ou não construção de hidrelétrica, o que nós estamos  
3755 pedindo é a compreensão desse plenário para que a gente, para que viabilizem  
3756 a ampliação dos estudos, para garantir a nós, população de Rondônia, a nós  
3757 população da Amazônia que esse impacto não nos atinja e que também de  
3758 forma indireta possa atingir o resto do Brasil e a Bolívia e o Amazonas. Então,  
3759 eu peço, por favor, que vocês no apóiem, nós de Rondônia em nome da  
3760 população rondonhense, que a gente aprove a moção no sentido da ampliação  
3761 desses estudos. Brigada.

3762

3763 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Ok. Obrigado. Bom, nós ouvimos os  
3764 que pediram o parecer, ouvimos também a autora da moção e temos duas  
3765 pessoas inscritas, conselheiro Mário Guisi, o conselheiro Agostinho, de  
3766 Rondônia, tá ali e o Zé Carlos do MME. Nós vamos fazer o seguinte, tem mais  
3767 alguém que quer se inscrever pra tratar da matéria? Eu proporia o seguinte,  
3768 promotor Mário Guisi, tá, Rafael, então pronto. Então, nós temos duas  
3769 manifestações, acredito, favoráveis a moção, duas manifestações contrárias a  
3770 moção, certo? Eu proponho ao plenário que a gente, então, fique nessas  
3771 quatro intervenções, vou pedir que os manifestantes usem dois minutos cada  
3772 um pra gente poder agilizar a votação dessa matéria e encerramos em seguida  
3773 pra dar início ao seminário porque nós já estamos entrando mais de 15 minutos  
3774 no tempo do seminário e nós já temos um público, um número grande de  
3775 pessoas que vieram para o seminário, não tem nada a ver com esse debate  
3776 aqui diretamente, pelo menos, e a gente não tem como ficar aqui mais tempo.  
3777 Então, Mário Guisi, por favor.

3778  
3779 **O SR. MÁRIO GUISI** – Mário, do Ministério Público Federal. A ponderação que  
3780 eu gostaria de trazer ao plenário e é o que eu trago quando me sinto atingido  
3781 quando se fala que está sendo cumprida a lei rigorosamente e quem sabe até  
3782 ultrapasse a capacidade de gestão do próprio Ministério de Minas e Energia, é  
3783 o fato que há um pré-requisito necessário que deve ser respeitado para iniciar  
3784 qualquer outro empreendimento que é a existência do zoneamento. A lei  
3785 determina que o zoneamento é pré-requisito para o licenciamento de qualquer  
3786 novo empreendimento hidrelétrico, o que está se pedindo aqui é que se  
3787 observe o que determina a lei, afinal de contas, esse conselho ele existe para  
3788 produção normativa, se nós não temos a capacidade de observar e de  
3789 respeitar as disposições pertinentes o que resta a nós, esperarmos das  
3790 resoluções que são daqui emanadas. Brigado.

3791  
3792 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Ok. O próximo é, não antes de você  
3793 tem alguém que se inscreveu. Agostinho. Perdão. Agostinho do governo de  
3794 Rondônia, Zé Carlos e depois o Rafael.

3795  
3796 **O SR. AGOSTINHO** – Eu só gostaria de dizer ao Dr. Guisi que Rondônia é o  
3797 único estado do Brasil que tem o zoneamento socioeconômico e ecológico  
3798 aprovado, inclusive, por esse conselho. Único estado do Brasil. Fique bem  
3799 claro. Então, esse já é um fator positivo, Dr. Guisi que eu acho que merece que  
3800 a gente pare pra analisar. Segundo, que se amplie o estudo da bacia, veja  
3801 bem, talvez muitos aqui não têm noção do que é a bacia do Rio Madeira, se  
3802 aqui se fez um estudo de 300 e poucos quilômetros quadrados, se não me  
3803 falha a memória, pra vocês terem uma idéia da onde será construída a  
3804 hidroelétrica, uma delas, até a foz do Rio Madeira são 1400 quilômetros, não é  
3805 qualquer pedacinho de, entendeu? E pra cima outro tanto. Então eu acho que  
3806 precisa ser visto isso porque um estudo desse levaria, talvez, anos pra ser  
3807 feito. O que eu quero deixar bem claro aqui, não é o tempo que se levaria pra  
3808 fazer o estudo, mas é que se existe normas, regras para serem feitos os  
3809 estudos de impacto ambiental e essas normas foram seguidas, eu entendo que  
3810 foi feito dentro da lei, dentro de um termo de referência fornecido pelo Ibama.  
3811 Então, eu acho que o que era pra ser feito foi feito, meus amigos. Isso que eu

3812 gostaria de deixar bem claro. O estado tem o zoneamento único no Brasil  
3813 aprovado no CONAMA, o estudo foi feito, eu tenho aqui um relatório de uma  
3814 equipe de nove ou onze técnicos nomeados pelo estado, isso estou falando do  
3815 estado, nem estou falando da equipe do IBAMA que esteve lá fazendo. Aonde  
3816 diz esse relatório que esse estudo foi feito rigorosamente dentro do termo de  
3817 referência exigido pelo IBAMA e determinado pelo IBAMA. Então, por isso que  
3818 eu peço pra vocês que, pra mim, o que está feito deve ser respeitado. Eu acho  
3819 que é possível aprovar da forma que está, peço aos conselheiros que votem a  
3820 favor.

3821

**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ –** Conselheiro Zé Carlos.

3822

**O SR. JOSÉ CARLOS –** Bom, eu só queria só acrescentar, Dr. Agostinho já  
3824 explicou aí boa parte, a parte mais importante que eu queria informar, mas eu  
3825 quero lembrar que o estudo da bacia do Rio Madeira foi feito até a foz do Rio  
3826 Amazonas, do Rio Madeira até a foz do Rio Amazonas, nós fizemos, repito,  
3827 todos os estudos. Os movimentos populares que foram ditos aí que são eles é  
3828 que dizem respeito, bom, foram chamados, foram abertos e tudo, mas existem  
3829 outros que talvez não aceitem essa posição. Aliás, essa casa, nós estamos  
3830 aqui no Congresso Nacional, sabe muito bem qual é a forma de manifestação  
3831 de alguns desses grupos que estão em marcha e não considero isso  
3832 representativo da população brasileira, sinceramente, eu não considero o que  
3833 aconteceu na entrada do Congresso há algumas semanas atrás, aquilo não é  
3834 representação. Então, representação é abrir a informação, explicar todo o  
3835 projeto a qualquer momento, a qualquer instante Furnas, empresa do Ministério  
3836 de Minas e Energia estará aqui pra esclarecer todos detalhes e reitero que nós  
3837 estamos seguindo todos os procedimentos que nos são apresentados a risca,  
3838 com todo cuidado. O projeto foi modificado do seu projeto original pra não  
3839 avançar além da sua calha natural, justamente pra poder atender as condições  
3840 ambientais e as condições sociais também estão sendo atingidas por Furnas.  
3841 As populações que já foram atingidas em projetos anteriores até situações  
3842 ambientalmente muito críticas, como foi o caso de Balbina que todos  
3843 conhecem, a população indígena de hoje lá do Waimiri Atroari hoje é uma das  
3844 mais bem assistidas do país, é uma estatal que tem condição de fazer um  
3845 trabalho social extremamente relevante. Bom, eu sou a contra a moção e peço  
3846 voto de vocês nesse sentido.

3847

3848

**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ –** Ok. Obrigado. Rafael.

3849

**O SR. RAFAEL MAGALHÃES –** Rafael Magalhães, Argonautas, ambientalista  
3851 da Amazônia. Eu gostaria, primeiro lugar, até parabenizar o governo de  
3852 Rondônia por ter realizado um zoneamento ecológico/econômico, inclusive  
3853 aprovado pelo CONAMA, inclusive né? Mas no zoneamento  
3854 ecológico/econômico de Rondônia está prevista como uma área prioritária para  
3855 unidade de conservação, inclusive, de forma muito harmônica com o projeto  
3856 ARPA, áreas protegidas da Amazônia, destinar aquela área, parte daquela  
3857 área para criação de unidade de conservação, então, é contraditório essa  
3858 história que o zoneamento ecológico/econômico muito bem feito, inclusive, de  
3859 Rondônia ser aprovado pelo CONAMA e agora incluir a construção da usina.

3860

3861 Uma outra coisa, o movimento da população de Rondônia é muito legítimo, é  
3862 muito legítimo, e a gente não precisa fazer nenhuma comparação com essa  
3863 história do MLST aqui em Brasília, por que? Porque esse movimento ele quer  
3864 uma coisa, ele quer a vida, ele quer a vida, ele não quer deixar morrer o Rio  
3865 Madeira e é por isso mesmo que o nome do movimento é Viva o Rio Madeira  
3866 Vivo, tá certo? Uma outra questão que queria colocar, agora, realmente tem um  
3867 incidência direta para nossa defesa da moção proposta pela Canindé, a gente  
3868 tem que considerar a gestão integrada dos recursos hídricos e isso não ta  
3869 sendo observado nesse termo de referência, nós temos que integrar a bacia do  
3870 Rio Madeira, o que não foi feito com o termo de referência, um critério muito  
3871 mal definido. Então, gente, eu peço a compreensão de todos que nós estamos  
3872 falando aqui que as entidades ambientalistas não é contra a usina do Rio  
3873 Madeira, nós queremos sim o desenvolvimento sustentável do Brasil, tá certo?  
3874 E pra isso nós precisamos considerar qual é a opinião, quais são as propostas  
3875 dos movimentos sociais e das entidades ambientalistas, então, quem ta  
3876 discutindo aqui não é o mal contra o fraquinho aqui, nós estamos discutindo o  
3877 desenvolvimento sustentável, nós estamos defendendo a vida. Então, eu peço  
3878 a compreensão dos conselheiros e das conselheiras do CONAMA pra que a  
3879 gente aprove essa moção e que se amplie os estudos de impacto ambiental, se  
3880 amplie o termo de referência para a construção desta usina no Rio Madeira. Eu  
3881 termino, continuando aqui já finalizando, queria só deixar registrado aqui a  
3882 nossa intenção de manter vivo a vida do Rio Madeira, então, Viva o Rio  
3883 Madeira Vivo. (aplausos)

3884  
3885 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Obrigado. Nós vamos passar a  
3886 votação, conselheira Adriana ainda quer fazer uso da palavra. Nós tínhamos  
3887 fechado em quatro manifestações, não houve nenhum tipo de...

3888  
3889 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA** – Não, eu não to questionando, eu não pedi inscrição pra  
3890 entrar no mérito da moção. É que como a gente pode ver, acho que é flagrante  
3891 pra todos nós, nós temos um plenário já preparado pro seminário, nós não  
3892 temos um plenário do CONAMA ainda formado. Essa moção é uma moção  
3893 extremamente importante para as organizações civis da Amazônia e que  
3894 tiveram uma demanda muito grande dos movimentos sociais para esse debate  
3895 no CONAMA e seria nosso interesse que ao fazer essa votação, essa votação  
3896 fosse feita de forma nominal pra que a gente pudesse registrar e dar um  
3897 retorno as organizações que elegem as organizações que as representam aqui  
3898 da votação. E considerando que nós tamos atrasados para o nosso seminário,  
3899 eu considero que seria interessante que a gente antes de fazer a votação  
3900 nominal, a gente fizesse uma verificação de quorum para que a gente não  
3901 perca tempo com a votação nominal, entrando no horário do seminário sem ter  
3902 a certeza de que nós poderemos concluir essa votação a contento. Brigada.

3903  
3904 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ** – Ok. O encaminhamento pode ser  
3905 feito, só que me parece que verificação de quorum, onde estão os nossos  
3906 regimentalistas? Verificação de quorum é necessário a assinatura de dez  
3907 conselheiros? Só votação nominal né? (conversas longe do microfone) ok.  
3908 Então, Nós vamos fazer a contagem do quorum antes de proceder a votação  
3909 da resolução. Ok? Então, os conselheiros e conselheiras do CONAMA eu peço

3910 que ergam o crachá, nós vamos fazer uma contagem, por favor, a equipe aqui  
3911 da secretaria do CONAMA, o quorum hoje é de cinquenta e dois conselheiros.  
3912 Nós vamos fazer a contagem para ver se temos quorum para votação.  
3913 Mantenha, por favor, o braço erguido. Nós temos em plenário, contando com o  
3914 secretário Langone que preside a reunião, 42 votos. Portanto, não temos  
3915 quorum para esta votação. A matéria fica automaticamente pautada para a  
3916 próxima plenária e nós vamos com isso encerrar essa plenária do CONAMA.  
3917 Plenário 83º reunião do CONAMA, agradecendo aos conselheiros a  
3918 participação e lembrando e aqui parabenizando os engenheiros e engenheiras  
3919 florestais aqui presentes, porque hoje, pelo que soubemos, é dia do engenheiro  
3920 florestal, da engenheira também (aplausos) embora, tenha muita gente que  
3921 diga que engenheiro florestal é uma contradição em termos, mas a gente  
3922 sempre tem que parabenizar porque são deles que nós também dependemos  
3923 pra formular propostas boas pra APPs e pras florestas do Brasil, certo? Então,  
3924 sejam bem-vindos todos os engenheiros florestais e engenheiras que hoje  
3925 tenham bom dia aqui na abertura desse seminário. Então, está concluída a  
3926 plenária 83ª reunião ordinária do CONAMA, agradecendo aí a todos os  
3927 presentes. Cinco minutos apenas de intervalo pra gente constituir os trabalhos  
3928 aqui na mesa, dar uma arrumada aqui e darmos início ao seminário. Nós não  
3929 vamos cafezinho nem nada, é só cinco minutos.

3930

3931

*(intervalo para o café)*

3932

3933 **CERIMONIAL** – Senhoras e senhores, boa tarde. Pedimos a todos que  
3934 ocupem seus lugares, que desliguem seus aparelhos de telefone celular ou que  
3935 os programem para a função silenciosa. Iniciamos neste momento o Seminário  
3936 Nacional Restauração de Áreas de Preservação Permanente – APPs. São  
3937 APPs nascentes, olhos d'água, veredas, encostas e topos de morros,  
3938 manguezais, lagos e reservatórios, margens de rios, dunas, chapadas,  
3939 restingas, montes, montanhas e serras, bordas de tabuleiros e altitudes  
3940 superiores a 1800 metros cobertos ou não por vegetação. As áreas de  
3941 preservação permanente garantem a quantidade e a qualidade dos recursos  
3942 hídricos do solo, a estabilidade geológica, a conservação da biodiversidade e o  
3943 fluxo gênico da fauna e da flora. As APPs cumprem, portanto, significativa  
3944 função social ao assegurar qualidade de vida e o bem estar para as pessoas  
3945 da cidade ou em áreas rurais. O seminário é uma realização do Ministério do  
3946 Meio Ambiente em parceria com a rede de ONGs da Mata Atlântica,  
3947 Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – Abeema,  
3948 Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente – Anama, a  
3949 Confederação Nacional da Indústria, a Confederação Nacional da Agricultura, o  
3950 Grupo de Trabalho Amazônico; com o apoio do IBAMA, da Agência Nacional  
3951 de Águas e do Senado Federal. Convidamos para compor a mesa desta  
3952 solenidade o Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, senhor  
3953 Claudio Langone, representando a Ministra Marina Silva. O procurador-geral do  
3954 Instituto (aplausos). O procurador-geral do Instituto Brasileiro para o Meio  
3955 Ambiente dos recursos naturais renováveis, senhor Sebastião Azevedo,  
3956 representando o presidente do IBAMA, senhor Marcus Barros. (aplausos) O  
3957 assessor da Agência Nacional de Águas – ANA, senhor Mauricio Andreas  
3958 Ribeiro, representando o diretor-presidente, senhor José Machado. (aplausos)